

junho 2016

A comunicação em disputa



AMERICA LATINA *en movimiento*



Foto de capa
Mídia Golpista
Felipe Bianchi/Centro Barão de Itararé
Desenho da capa
Verónica León

513-514
Edição em espanhol
maio-junho 2016
Ano 40, 2ª temporada
Edição em português
junho 2016

A comunicação em disputa

- 1 Democratização da informação e integração regional
Apresentação
- 3 O caminho é a comunicação popular
Osvaldo León
- 5 A comunicação e o paradigma do Viver Bem/Bom Viver
Adalid Contreras Baspineiro
- 8 Comunicação e política: a impossibilidade de separá-las
María Cristina Mata
- 11 Monopólio midiático e golpe no Brasil
Renata Mielli
- 14 Venezuela: Blanca Eekhout: “O objetivo é ter um povo comunicador”
Carla Zambrano
- 17 Argentina: Lei de Meios Audiovisuais subjugada
Néstor Busso
- 20 Diálogo com Amanda Dávila, ex-ministra de comunicação da Bolívia
Comunicação: uma agenda em aberto
Mary Ann Lynch
- 23 Quase uma década vencida na *democratização* da comunicação no Equador?
Hernán Reyes Aguinaga
- 26 El Salvador: começa o processo de democratização da comunicação
Leonel Herrera
- 29 Colômbia: Meios, pós-conflito e pós-acordo de paz
Equipe desdeabajo
- 31 Cuba - EUA: Dialogar para construir a unidade
Tamara Roselló Reina
- 34 O triplo desafio de comunicar para a integração
Javier Tolcachier
- 37 Uma perspectiva da ALBA Movimientos: Comunicação e integração
Alcides García Carrazana
- 40 Lutas cidadãos em torno da Internet
Sally Burch
- 43 Software livre: Dinamismo, mestiçagem e novo horizonte
François Soulard
- 45 Tecnopolítica e o novo tempo social
Francisco Sierra Caballero
- 48 (Re)pensar a publicidade
ALAI

Democratização da informação e integração regional

A revista de atualidade e pensamento latino-americano, *América Latina em Movimento*, traz leituras críticas sobre a realidade regional, análises dos processos sociais e debates a respeito de problemáticas do mundo contemporâneo. Editada pela **Agencia Latinoamericana de Información (ALAI)**, representa um esforço conjunto de numerosos analistas, pensadoras e pensadores, organizações sociais, comunicadoras e comunicadores comprometidos com as causas sociais.

A proposta deste projeto continental conta hoje com o apoio e a parceria do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ), com a perspectiva de que venha a crescer sua presença no Brasil e contribuir para aprofundar o debate sobre as ferramentas necessárias para que se construa e se consolide a comunicação popular em nosso país. Conhecer sua história é o primeiro passo.

Fundada por jornalistas do Cone Sul durante o exílio, a ALAI iniciou seu trabalho informativo em 1977 em Montreal, Canadá, com um boletim semanal. A proposta era desenvolver um mecanismo de informação alternativa sobre a América Latina. Era preciso romper o muro de silêncio imposto pelas ditaduras da região.

Embora a ideia fosse criar uma agência de informação alternativa, logo se compreendeu que o campo da informação era em si mesmo um terreno de disputa e não um simples recurso instrumental, portanto, viabilizá-la implicava desenvolver um mecanismo de comunicação que operasse na modalidade de “rede”. Por isso, buscou-se a convergência com iniciativas de comunicação e educação popular,

movimentos sociais, pensadores e pensadoras, para lutar pela democratização da comunicação a partir de uma atividade informativa que procurasse resgatar justamente o protagonismo dos movimentos sociais e cidadãos.

Essa convergência permitiu finalmente dar uma nova perspectiva à proposta inicial, significando inserir a problemática da comunicação na transformação social. Do mesmo modo, essa tarefa não podia ser implementada isoladamente: uma resposta consistente não dependia tanto do êxito de uma iniciativa em particular senão da capacidade de articular um tecido comunicacional alternativo, democrático, amplo e descentralizado, sob um enfoque de complementariedade e não de competitividade.

Desde 1999 são editados 10 números por ano de *América Latina em Movimento*, em Quito, Equador. Ao final do século XX foi lançado o site da ALAI, www.alainet.net. O novo universo da comunicação obrigou a redefinições. Com o desenvolvimento da Internet, a região foi passando da escassez de informação a uma ampla oferta (embora mais em quantidade que qualidade), caracterizada pela agilidade.

Em poucos anos, a Internet passou a ser o principal canal da ALAI para a difusão de notícias e comentários sobre a atualidade. Assim, a partir de 2007, a publicação impressa se transformou em edições monotemáticas, para tratar de forma mais aprofundada os grandes temas do momento e as principais problemáticas das lutas sociais; além disso, também se deu início à publicação de uma edição digital (<http://www.alainet.org/es/info-revistas>).

Nesse contexto, *América Latina em Movimento* qualifica o fluxo de informações nos países do Cone Sul, dirigido, em especial, a ativistas e líderes sociais e políticos, formadores de opinião, analistas, jornalistas e gestores públicos. Com significativa capacidade multiplicadora, é valorizada como fonte para meios de comunicação, escolas de formação e centros de estudo e pesquisa. A proposta é que a publicação traga insumos para que se conheça e se entenda a realidade, para que se desenvolva um discurso próprio, com argumentos e propostas para o debate tanto no espaço público como no interior das organizações.

Impossível esquecer o atual cenário internacional no universo da comunicação. Por um lado, estamos na era dos *twitters*, memes e do “jornalismo cidadão” pelo celular; mas por outro, a guerra midiática deixou de ser dissimulada e passou a ser às claras. Por isso mesmo, torna-se fundamental resgatar as condições de produção e reprodução social, dando particular importância às dinâmicas organizativas e de mobilização fundamentais para consolidar, de fato, processos de transformação comprometidos com a justiça social, a soberania e a integração regional.

É a partir dessa realidade, das ameaças que cercam as democracias e os governos populares na América Latina e da luta continental pela democratização da informação, que passa a ser da maior importância cada nova ação concreta rumo à união de forças. Nesse sentido, o Senge-RJ, ao apoiar a produção desta primeira edição brasileira impressa destaca o fato de ser comunicação o tema central, com relatos e debates sobre o Brasil, Argentina, Bolívia, Venezuela, Colômbia e Cuba, entre outras discussões fundamentais para avançarmos na busca de caminhos. Não menos importante é

a histórica necessidade dos movimentos sociais brasileiros apostarem na integração regional.

O número que o leitor tem em mãos é o primeiro passo para a publicação de *América Latina en Movimiento* em português, para distribuição no Brasil¹. Isto significa um importante passo rumo a um dos objetivos fundamentais do projeto em pauta: democratizar a informação e oferecer instrumentos para aprofundar a integração dos povos em nosso continente.

Agencia Latinoamericana
de Información (ALAI)

Sindicato dos Engenheiros
no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ)

1 Recentemente foram publicadas algumas edições digitais em português, graças à colaboração de Chasqui Traduzindo Mundos: www.alainet.org/pt/info-revistas

O caminho é a comunicação popular

Oswaldo León

Atacar tudo que lembre minimamente democratização da comunicação – eixo estratégico para superar as assimetrias existentes e desmonopolizar a palavra em benefício de um maior pluralismo e diversidade –, parece ser uma das prioridades dos governos de direita, legítimos e ilegítimos, na região.

Numa canetada e para começo de conversa, Mauricio Macri, ao assumir seu mandato na Argentina, praticamente desmontou a Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual via decreto executivo, para proteger o rol de monopólios midiáticos que gravitaram em torno de sua eleição. Esta lei, uma das mais discutidas da história do país, foi aprovada em 2009 como resultado de uma trabalhosa construção cidadã com a participação de múltiplos setores sociais e políticos.

No Brasil, onde está em curso um golpe palaciano promovido por poderes fáticos (empresariais, midiáticos, setores judiciais, policiais e da direita parlamentar), o presidente interino Michel Temer não só está tentando fechar o Ministério da Cultura, como também intervir ilegalmente na Empresa Brasileira de Comunicação, órgão criado em 2007 para gestionar as emissoras públicas federais de rádio e televisão. De fato, uma das pouquíssimas medidas adotadas neste campo pelo ex-presidente Lula.

A mensagem é clara: não basta a eles uma poderosa blindagem midiática, querem ainda limitar as conquistas (maiores ou menores) inscritas na perspectiva da democratização do campo comunicacional. E mais, pelo caráter antipopular das políticas que contemplam seus programas neoliberais, buscam inclusive aniquilar qualquer espaço de manifestação pública.

Uma luta incansável

Durante a campanha eleitoral de 2010 no Brasil, a presidente da Associação Nacional de Jornais (ANJ), Maria Judith Brito, declarou sem grandes rodeios: “Os meios de comunicação assumiram de fato uma posição opositora neste país já que a oposição está profundamente fragilizada”. E, precisamente por essa função de articuladora política assumida pela grande mídia, nasceu o qualificativo Partido da Imprensa Golpista (PIG, na sigla em português), que hoje representa um papel-chave no golpe direcionado à imposição do poder econômico sobre a decisão democrática.

Pelo mesmo motivo, em 5 de maio passado, o país foi cenário da “Jornada Nacional de Luta contra o Golpismo Midiático”, com diversas manifestações públicas, para denunciar “como o monopólio privado nas comunicações, representado principalmente pelas Organizações Globo, fere nossa democracia, a liberdade de expressão e o direito à comunicação”.

Convocada pelo Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e pela Frente Brasil Popular (FBP), esta jornada é um testemunho vibrante da disputa enfrentada no cam-

Oswaldo León, comunicólogo equatoriano, é diretor da revista *América Latina em Movimento*.

po comunicacional em nossa região: o anseio de forças populares por fazer valer o direito à comunicação frente a uma estrutura midiática concentrada nas mãos de poucas famílias ou corporações, que pretende definir o destino de nossos países.

Uma das mudanças registradas na região é justamente o fato de ter sido incorporado ao debate público o assunto das regulações do sistema midiático, antes considerado um tema proibido. E isto se deu sobretudo por meio da revitalização de movimentos pela democratização da comunicação. Anteriormente, esta causa estava circunscrita a alguns atores envolvidos diretamente neste âmbito e agora é assumida por uma pluralidade de setores sociais e políticos.

No campo dos governos progressistas, em que prevalece inicialmente um sentido “pragmático” de buscar “entendimentos” com os pesos pesados do poder midiático hegemônico, com o tempo e no calor da disputa política em alguns países se abre espaço ao reconhecimento do direito à comunicação em marcos constitucionais e em leis específicas. Em alguns casos como resultado de uma construção cidadã, em outros como seqüela de uma correlação de forças.

No entanto, pela lentidão e limitações na implementação de tais disposições legais, as mudanças ocorridas ficam muito fragilizadas e expostas a uma permanente investida do poder midiático, que se movimenta de forma bastante sincronizada, nacional e internacionalmente, em torno de eixos estratégicos definidos, com ofensivas comunicacionais integrais e sobre a base de um tecido bem articulado composto por diversos setores (partidos políticos, ongs, *think tanks*, setores acadêmicos, grêmios etc.).

Enfoques

É possível observar por trás deste cenário as dificuldades de se articular políticas e estratégias comunicacionais, tanto nas esferas oficiais como nos movimentos políticos e so-

ciais que propiciam tais transformações. Daí a persistência de atitudes reativas, presas às matrizes dos opositores, e de respostas dispersas e fragmentadas que primam por gesticular, geralmente em tom panfletário, quando no plano das ideias o que importa é enfrentar os slogans do oponente, com o eixo focado na contundência argumentativa própria.

A nosso ver, isto se dá em grande medida porque prevalece uma visão instrumental da comunicação limitada à ferramenta unidirecional voltada para a informação e a diversão, com os mesmos padrões e formatos definidos pelo poder do sistema dominante. Consequentemente, a comunicação fica reduzida à mídia massiva e ao marketing (por extensão às redes digitais), deixando à margem outras expressões comunicativas e artísticas. Além disso, essa visão deixa de lado o componente relacional e dialógico próprio dessa atividade humana, redundando no divórcio entre comunicação e cultura.

Diante da necessidade de analisar com precisão o curso dos acontecimentos, convém lembrar que durante décadas, a partir de um posicionamento crítico a tal enfoque, a comunicação popular assumiu que, para além de transmitir, importa compartilhar, em termos de diálogo e participação. Pelo mesmo motivo, resgata condições de produção e reprodução social do sentido, dando particular importância às dinâmicas de organização e mobilização que são os nós fundamentais para realmente empreender processos de transformação. Como na luta pelas transformações a disputa ideológico-cultural é a de maior transcendência, pois encara de frente a questão da hegemonia. É esta perspectiva que precisa ser potencializada em todos os níveis como suporte chave para o protagonismo popular se tornar efetivo em tempos complexos. ◀

A comunicação e o paradigma do Viver Bem/Bom Viver

Adalid Contreras Baspineiro

Um paradigma comunicacional

O Viver Bem/Bom Viver é um paradigma comunicacional por seu caráter relacional de sociedades, de tempos, de espaços, de culturas, e do homem com a natureza. É a cosmovisão da “*cosmoconvivência*”, que coloca em relação (comunicação) integral e interdependente quatro outras visões do mundo: a cosmocêntrica (o centro é o cosmos), biocêntrica (o centro é a vida), etnocêntrica (o centro é o ser humano) e ecocêntrica (o centro é a natureza).

O caráter comunicacional do Viver Bem/Bom Viver se reflete também no caráter e na natureza dos princípios que o sustentam. Assim, o princípio da *harmonia* coloca os seres humanos em relação consigo mesmos, com outros seres humanos em sociedade e, de forma individual e coletiva, com o entorno natural e cósmico. Do mesmo modo, a *complementaridade* provoca encontros entre diversos-diferentes e a *reciprocidade* dinamiza a capacidade de corresponder proporcionalmente às solidariedades.

A busca do *equilíbrio* provoca interações para a superação das desigualdades e exclusões com práticas de justiça, relação fraterna, e o reconhecimento afetivo, solidário e amistoso, priorizando os acordos, para o qual outro princípio, o da *integridade*, ativa valores, responsabilidades, obrigatoriedades e compromissos

Adalid Contreras Baspineiro é sociólogo e comunicólogo boliviano. Ex-secretário geral da Comunidade Andina (CAN).

vinculantes entre seres humanos e destes com a *Pachamama* (Mãe Terra/Cosmos).

Outro princípio no qual se sustenta o Viver Bem/Bom Viver é o da *interculturalidade*, entendendo que transpõe o mero (re)conhecimento dos diversos para promover interações que superem as assimetrias sociais, econômicas e de poder sob condições de respeito em coexistências antagônicas e complementares. Este sentido comunicacional se aprofunda com o *devoir histórico*, princípio que articula passado, presente e futuro.

Uma comunicologia do sul

O Viver Bem/Bom Viver tem o seu momento constitutivo nos saberes, práticas e culturas enraizadas nos povos do *Abya Yala* e suas fecundas experiências de vida comunitária com as quais sustentam resistências a histórias centenárias de dominação. Junto com eles, as lutas antissistêmicas de operários, jovens, povoadores urbanos, mulheres, defensores dos direitos humanos e outros, assim como também políticas estatais centralizadas na justiciabilidade dos direitos coletivos e da natureza, são as sementes de construção de uma vida onde se trabalha para transformar o sistema capitalista, desestruturar os traços do (neo)colonialismo, questionar o patriarcado, reverter as práticas depredadoras do meio ambiente, combater a corrupção, e superar o desenvolvimento linear confundido com progresso.

Porém, se o Viver Bem/Bom Viver é uma resposta civilizatória à desumanização capitalista-(neo)colonial, a Comunicação para o Viver

Bem/Bom Viver é a resposta à funcionalização dos processos de comunicação a esses sistemas, já que não é possível uma nova era com sistemas sequestrados por um sentido empresarial-utilitário da liberdade de expressão, ou com meios que ofuscam as identidades múltiplas, exaltam o individualismo, fomentam o culto ao medo, e banalizam a vida encobrendo mediaticamente golpes suaves e duros à democracia.

A Comunicação para o Viver Bem/Bom Viver é então ao mesmo tempo o caminho e a utopia. Faz-se no próprio ventre do capitalismo que pretende superar, às vezes com arrastões e outras com rompimentos, a partir dos tecidos de uma cotidianidade material e simbólica trabalhada em relações colaborativas, solidárias, inclusivas e suficientes para uma vida saudável, sem excessos, sem carências, sem apuros nem angústias.

Falar como pessoas

Para construir a sociedade do Viver Bem/Bom Viver precisamos de uma comunicação que construa a cultura da convivência. É necessário fortalecer a comunicação popular que empreende batalhas pelos significados de um mundo justo, inclusivo, promovendo as expressões dos povos que rompem seus silêncios, que se enxergam a partir de próprias identidades, e irrompem com sua palavra interpeladora, impugnadora, contra-hegemônica e que expressa a construção de uma nova sociedade.

Precisamos do *aruskipasipxañanakasakipuni-rakispawa* aymara (necessariamente devemos sempre nos comunicar uns aos outros), por seu sentido inclusivo/dialogal (nos comunicar uns a outros) no âmbito dos intercâmbios de discurso e pelo seu sentido vinculante (a obrigação de nos comunicarmos) na prática social, para chegar a entendimentos, compromissos e decisões. Segundo esta perspectiva, a Comunicação para o Viver Bem/Bom Viver é “*um processo de construção, de/construção e re/construção de sentidos sociais, culturais, políticos e espirituais de convivência intercultural e comunitária com reciprocidade, complementariedades e solidariedade; no marco de uma relação har-*

*mônica pessoal, social, com a natureza e o cosmos; para uma vida boa em plenitude que permita a superação do viver melhor competitivo, assimétrico, excludente e individualizante...”*¹.

Os caminhos para a realização desta caracterização são encontrados na recuperação que faz Silvia Rivera do *jaqin parlaña* (falar como pessoas), que consiste em escutar para falar; saber o que se fala; e referendar as palavras com os atos². Elementos aos quais, baseando-se no sentido do *jaqi aru* (palavra da gente), David Choquehuanca soma o saber sonhar³.

Escutar para falar ou saber escutar equivale a “escutar-nos com todos os sentidos”, a nós mesmos, revalorizando o silêncio como um momento de profundo sentido comunicativo; em sociedade, partindo das expressões múltiplas dos outros comunicacionais em seus contextos e palavras; e também escutar a Mãe Terra, descentralizando os olhares para óticas que mostram como fluem de forma combinada as vozes do ambiente, os sons da natureza e a filosofia dos povos cuja existência se rege sob o princípio da vida.

O *saber o que se fala ou saber compartilhar* implica dar um sentido educacional ao processo comunicativo, pois não serão processos de divulgação, publicidade ou transmissão de conhecimentos que irão legitimar o Viver Bem/Bom Viver. Serão práticas dialogais argumentadas o que permitirá a sistematização das experiências assim como a produção de novos conhecimentos, para a sua apropriação crítica nas reivindicações sociais e nas políticas públicas.

Referendar as palavras com os atos ou saber viver em harmonia e complementariedade recria pensamentos e práticas onde a reciprocidade se

1 Contreras Baspineiro, Adalid. *Sentipensamientos. De la comunicación-desarrollo a la comunicación para el vivir bien*. Quito, UASB/Editorial Tierra, 2014, p. 81.

2 *Conversa del mundo* entre Silvia Rivera Cusicanqui e Boaventura de Sousa Santos, no Hotel Allkamari, Valle de las Ánimas, La Paz, Bolívia, 16 de outubro de 2013. Publicado em 12 de março de 2014 em <http://alice.ces.uc.pt/news/p:2753>

3 Choquehuanca, David. *Suma qamaña: vivir bien, no mejor*. Koinonía, Agenda latinoamericana, 2010, p. 1.

reconhece como forma de vida, a comunidade como forma de organização, a convivência com a natureza e o cosmos como identidade, a igualdade entre homens e mulheres como cotidianidade, a equidade como dignidade e a vida plena como destino. Para isso os Estados promovem políticas inclusivas; a cidadania pratica formas de vida comunitária; e a comunicação dinamiza espaços onde os diversos intercambiam histórias, testemunhos e projetos que se complementam em sociedades da solidariedade.

O *saber sonhar* com foco no transcendente além do aparente é trabalhar uma ecologia integral econômica, ambiental, social e cultural⁴, com medidas possíveis que permitam que os bens comuns universais como a água, a biodiversidade ou o ar sejam direitos globais aos quais todos e todas possamos ter acesso, do mesmo modo que ao gozo de outros direitos como a educação, a alimentação, a saúde, a habitação e a comunicação.

Comunicação da convivência

A Comunicação para o Viver Bem/Bom Viver por suas características inclusivas das sociedades e culturas é participativa; por sua contribuição para a harmonização das sociedades com a natureza e o cosmos é educativa; e por sua orientação política é popular. A sua concepção metodológica articula *acesso - diálogo - participação⁵ - convivência*, transcendendo os intercâmbios discursivos para abarcar as práticas sociais; e a sua lógica metodológica – *tetralética* – relaciona quatro momentos na construção de sentidos: *sentir/pensar - decidir/atuar - voltar/conviver - celebrar/esperançar*, seguindo uma sequência circular e não linear, integral e não fragmentada, e de complementariedades mais que de oposições.

O *sentir/pensar* se origina na unidade indivisível dos *sentipensamentos⁶* que expressam as

4 Como propõe a *Encíclica Laudatio Sí*, Capítulo IV, Ecología Integral.

5 Beltrán, Luis Ramiro, “Adiós a Aristóteles: la comunicación horizontal”, em *Comunicación y Desarrollo*, Nº 6. São Paulo, Cortez, 1981, pp. 19-20.

6 Conforme o conceito que Orlando Fals Borda recu-

apropriações e recriações da realidade histórica desde nossos saberes e formas de sentir, desde nossas realidades reais e imaginadas; em resumo, desde nossas identidades, com enunciações da palavra que interage provocando questionamentos à (des)ordem estabelecida e tecendo propostas a partir de experiências colaborativas, pessoais e coletivas.

O *decidir/atuar* explica a realidade em suas causas estruturais e em seus contextos, conseguindo a capacidade de criar, aprofundar, projetar e ampliar criticamente as experiências do Viver Bem/Bom Viver em espaços locais, regionais, nacionais, planetários, cidadãos e estatais.

O *voltar/conviver* é iniciado nos valores pessoais, para com eles avançar em direção a complementariedades com outros, alimentando-se mutuamente e de forma permanente as vantagens da convivência comunitária, com conhecimento de causa que cada sociedade escreve as suas histórias com as suas letras, na sua língua, com as suas representações, desde as suas vivências e os seus imaginários, dando uma nova semântica e territorialidade aos sentidos.

O *celebrar/esperançar* busca generalizar as práticas do Viver Bem/Bom Viver, transformando a realidade com mística e compromisso. Neste momento ganha sentido o valor pedagógico da pergunta sobre o próprio, a memória acumulada, a identidade e, principalmente sobre o futuro, para conhecê-lo e construí-lo com esperança, celebrando as acumulações históricas da vida em convivência.

Tudo que foi mencionado nos mostra que a Comunicação para o Viver Bem/Bom Viver é um direito que restaura a utopia por uma *Nova Ordem Mundial da Informação e a Comunicação com Políticas Plurinacionais de Comunicação* para gerar processos interculturais de democratização da palavra em comunidades de comunicação. ☞

perou dos pescadores do rio Magdalena, significando que pensamos e sentimos ao mesmo tempo.

Comunicação e política: a impossibilidade de separá-las

María Cristina Mata

Há mais ou menos 15 anos, um dos mais lúcidos intelectuais argentinos, Sergio Caletti, apontava que uma das dificuldades para pensar criticamente os vínculos e cruzamentos entre os fenômenos comunicacionais e políticos era a própria naturalidade dessas relações aliada à persistência de uma “concepção em última instância técnica da comunicação e da política”¹; isto é, à identificação da comunicação a estratégias de produção e disseminação de mensagens e da política a um aparato ou mecanismo social e, conseqüentemente, como institucionalidade regulada.

Apesar das muitas complexidades adquiridas desde então, esse modo de pensar a comunicação e a política continua predominando hoje. Essa persistência se reflete nas numerosas produções que se interrogam sobre a maneira como a comunicação — em termos de tecnologias e estratégias — afeta a política em termos de atividade institucionalizada. Assim proliferam os estudos que culpam a mídia e as tecnologias da deterioração da política transformada em espetáculo ou entretenimento ou, ao contrário, os que prenunciam avanços democratizadores e participativos graças às redes e à interatividade.

Não é possível superar essas perspectivas restritas e dicotômicas operando-se com concepções instrumentais da comunicação e da política. O horizonte se modifica, em compensação, quando além de se considerar as dimensões institucionais da política — suas

organizações, seus momentos de deliberação e decisão —, a pensamos como esfera e prática da vida coletiva na qual se desenham e discutem os sentidos da ordem social, isto é, os princípios, valores e normas que regulam a vida em sociedade e os projetos de futuro. Também se modifica quando, sem negar suas dimensões operativas, pensamos a comunicação como esses complexos intercâmbios através dos quais os indivíduos e grupos sociais produzem significados em permanente tensão e confronto. É nesse tipo de noções que se sustenta a sexta tese daquele texto de Caletti afirmando que a comunicação constitui a condição da política num duplo sentido: porque não se pode pensar a tarefa política como discussão de ideias sem atores que debatam e porque não se pode pensar essa prática em termos de construção de projetos de futuro sem a coletivização de interesses e propostas.

Essa particular e necessária articulação entre comunicação e política se produz hoje num espaço público constituído tanto pelo que chamei “a praça”, quer dizer, os espaços tradicionais de agregação e ação coletiva — espaços que vão adquirindo novas formas com a passagem do tempo —, e “a plateia”, ou seja, as práticas midiáticas que se sustentam em nossa condição de públicos de meios de comunicação e usuários de tecnologias de informação e comunicação². Esse espaço público midiático é um

2 Noções desenvolvidas em “Entre la plaza y la platea”, em Schmucler H. y Mata, M. (Coord.), *Política y*

1 “Siete tesis sobre comunicación y política”, em *Diálogos de la Comunicación* Nº 63 (37-49). FELAFACS, Lima, 2001.

dos âmbitos principais onde se decidem hoje as lutas pelo poder político, pela condução da sociedade, que não são independentes do poder comunicativo-cultural, isto é, da possibilidade de construir ideias hegemônicas. Uma possibilidade em que intervêm decisivamente os dispositivos técnicos que permitam aparição e representação midiática de temas e atores. Daí John Thompson postular que “a luta por se fazer ouvir e ver (e evitar que outros façam o mesmo) não é um aspecto periférico das condições sociais e políticas do mundo moderno; muito pelo contrário” – diz Thompson –, “é sua característica central”³.

Em nossas sociedades latino-americanas, que apesar da institucionalidade democrática são atravessadas por desigualdades e exclusões notórias, essas lutas por se fazer ver e ouvir, que são lutas contra quem busca impedi-lo, não são novas. Expressaram-se historicamente tanto na resistência dos povos originários como nas buscas culturais alternativas. No entanto, durante este século, vários países de nosso continente foram palco de esforços específicos para colocar em discussão os sistemas de meios de comunicação de massa e suas regulações legais, transformando o direito à comunicação numa das problemáticas onde se expressam mais fortemente as lutas pelo poder.

Posso sustentar essa afirmação nos enfrentamentos passados e até hoje vividos na Argentina em torno da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual ou aos que se deram e se dão em outros países da região, como Equador ou Uruguai, na mesma direção. Esses enfrentamentos se articularam em muitos casos a uma longa tradição de mídias populares, alternativas e comunitárias construídas a partir da necessidade e vocação de recuperar a capacidade e legitimidade de expressar-se, tanto para minorias excluídas como também para as majorias que não possuem condições

comunicación. ¿Hay un lugar para la política na cultura mediática? (pp. 61-76). Catálogos - UNC, Buenos Aires, 1995.

3 *Los media y la modernidad*, p. 398, Paidós, Barcelona, 1998.

necessárias para acessar os meios de comunicação e as tecnologias. Em todos esses casos é possível reconstruir discursos e práticas que identificam claramente interesses antagônicos e suas conseqüentes justificativas ideológicas: ou seja, interesses comuns que afirmam ou negam a universalidade dos direitos à comunicação. E é aí que a articulação comunicação-política se revela com inédita potência, solapando como nunca aquelas alardeadas noções de independência e objetividade das mídias que integram os sistemas massivos de comunicação.

Para além das características particulares de cada um de nossos países, a existência de situações monopólicas ou oligopólicas que, longe de diminuir, se somam aos processos de desenvolvimento e convergência tecnológica, produz efeitos bem conhecidos: agendas únicas, vozes concentradas, insuficientes espaços para a expressão e representação de diferentes atores e setores sociais e políticos. Entretanto, além disso essas empresas que buscam centralizar em si os direitos à comunicação que são do conjunto da sociedade, não encobrem já suas motivações e estratégias nas lutas pelo poder. De maneira escancarada intervêm como um ator político que propõe ideias e projetos, convoca a participar ou a abster-se de fazê-lo, denuncia ou encobre personagens políticos ou empresariais, promove candidatos ou os estigmatiza, condena os movimentos sociais que confrontam a ordem estabelecida, julga a própria justiça, ainda que ela – em muitos de nossos países – não seja precisamente aquela dama equânime de olhos vendados, senão mais um instrumento de construção de iniquidade. Os casos do multimídia *Clarín* no recente processo eleitoral argentino e da *Rede Globo* no projeto de impedimento que se gesta no Brasil, são exemplos claros deste novo papel.

Entretanto, não creio ser adequado afirmar que a política se “faz” hoje nos meios de comunicação de massa, carregando esse fazer de um conteúdo negativo ou perverso. Historicamente, as construções políticas ti-

veram dimensões interativas e recorreram a meios expressivos. A política sempre foi uma ação prática e discursiva. O que ocorre hoje é que se produziram transformações cuja compreensão é necessária para poder atuar sem complacência, mas sem melancolia. Por um lado, como já aponte, o fato de que as corporações midiáticas assumiram sua inegável participação na construção de democracias formais e excludentes, praticamente sem intermediações, sem disfarces. Por outro, o fato de as instituições políticas — penso nos partidos, nos poderes do Estado, nas campanhas e processos eleitorais — se transformaram no marco da hoje chamada “democracia democrática”⁴, uma ordem democrática em que a opinião pública midiática e as técnicas de medição e predição de comportamentos sociais têm um peso decisivo em definições estratégicas e táticas.

O questionamento crítico dessa nova matriz político-cultural não equivale a negá-lo. Nada pior que as atitudes voluntaristas quando o que se pretende é intervir nos conflitos pela hegemonia. Por isso, reconhecendo que o sistema comunicativo é mais um ator das disputas pelo poder em nossas sociedades, temos que nos atrever a assumir essa situação dos

lugares complementares e mutuamente necessários: da busca de regulações que equilibrem a concentração midiática e assegurem condições mais equitativas para a gestão de meios de comunicação e o acesso a tecnologias adequadas a atores sociais diferentes e plurais; e a partir do desenvolvimento de práticas organizativas e políticas que, sem negar a existência de meios de comunicação e tecnologias, definam modos renovados de instalar temas, agendas, líderes, projetos, a partir de lógicas associativas e culturais capazes de confrontar os procedimentos fixados previamente pelos que pretendem controlar as iniciativas emancipadoras.

Nos dias de hoje, já não se trata somente de contar com mídias alternativas para que outras vozes possam ser ouvidas e outros rostos possam ser vistos, mas de assumir que uma das novas e decisivas batalhas é a de definir coletivamente a ordem político-cultural que desejamos para nossas sociedades. Porque certamente não há ordem política nova sem um novo modo de comunicar, mas não é apenas um modo renovado de comunicação o que nos permitirá construir democracias com direitos plenos e modalidades genuínas de participação e representação. <<

4 Ver Alain Minc, *La borrachera democrática, el nuevo poder de la opinión pública*. Ed. Temas de hoy, Madrid, 1995.

Monopólio midiático e golpe no Brasil

Renata Mielli

O Brasil passa por uma das mais delicadas situações políticas de sua história recente. De 1985, data que marca o início da transição democrática, até 2016, o país viveu o período democrático mais longo de toda a sua história: 31 anos. Esta trajetória foi interrompida no dia 12 de maio, quando o Senado Federal afastou temporariamente do cargo a presidente da República, Dilma Rousseff.

O processo de impeachment conduzido pelo parlamento nacional contra Dilma é baseado em fatos que não configuram crime de responsabilidade fiscal, como previsto nas leis nacionais. Na verdade, a peça jurídica montada contra ela é uma cortina de fumaça para levar a cabo um golpe institucional-midiático-jurídico, que teve início no dia 26 de outubro de 2014, quando Dilma saiu vitoriosa das urnas.

Inconformados com mais uma derrota, a direita iniciou uma campanha opositora inconsequente, que aprofundou a crise econômica, disseminando intolerância e gerando uma grande instabilidade política no país.

Assumiram a tática do quanto pior melhor para atacar o projeto político que, ao longo dos últimos 13 anos, foi responsável pela inclusão social de mais de 40 milhões de brasileiros que viviam na miséria, pela inclusão de jovens pobres nas universidades, por programas de atenção à saúde para dar mais dignidade e qualidade de vida ao povo brasileiro.

Renata Mielli, jornalista, coordenadora geral do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC), secretária geral do Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé.

Enfraquecido e sem base no Congresso Nacional, que tem a composição mais conservadora dos últimos 30 anos, o governo não conseguiu responder aos ataques e acabou afastado.

O golpe ainda não teve seu desfecho final. A presidente será julgada pelo Senado Federal num processo que pode durar até 180 dias. Enquanto isso, o movimento social brasileiro segue mobilizado e nas ruas, disposto a tudo para defender a democracia e os direitos sociais obtidos no último período.

O cenário da mídia brasileira

É neste contexto que temos que avaliar a situação dos meios de comunicação no Brasil. A mídia brasileira nasceu seguindo o modelo privado-comercial norte-americano. Nas décadas de 1930 e 1940, as emissoras de rádio já adotavam esse modelo, que se manteve com o surgimento da televisão, na década de 1960. O Código Brasileiro de Telecomunicações, de 1962 e vigente até hoje, nasceu para organizar a exploração privada-comercial das concessões públicas de radiodifusão.

A ditadura militar se instala praticamente no mesmo período histórico em que a televisão. Com os militares surge o primeiro e maior conglomerado de mídia do país, a Rede Globo de Televisão, hoje Organizações Globo.

O cenário que se seguiu foi o da concentração da propriedade e uso da concessão para apadrinhamento político e, decorrente disso, se cristalizou uma mídia poderosa, elitizada e cuja representação social está definida a partir dos interesses econômicos da classe dominante. Não há diversidade cultural, a imensa

territorialidade brasileira não está representada nos meios de comunicação, e tampouco há pluralidade de ideias.

Luta por uma comunicação democrática

Nos últimos anos, em particular a partir da eleição do ex-presidente Lula, ampliaram-se as vozes que se ergueram para exigir uma comunicação mais democrática no Brasil. O movimento de luta pela democratização da comunicação se fortaleceu e ganhou adeptos. Ampliamos o debate sobre o caráter estratégico do enfrentamento ao monopólio privado da mídia brasileira para transformar o país e implementar um novo projeto de desenvolvimento econômico e social no Brasil.

O Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) – que é um espaço de articulação dos movimentos sociais brasileiros em torno da pauta – desenvolveu ao longo dos últimos anos inúmeras campanhas para pressionar o governo a debater o tema da comunicação.

Em 2009, último ano do segundo mandato do governo Lula, conseguimos depois de muita luta e diálogo garantir a realização da 1ª Conferência Nacional de Comunicação, com a participação de uma parcela pequena dos radiodifusores, de empresários das telecomunicações, do setor público e da sociedade civil. Mais de 600 propostas foram aprovadas e poderiam originar políticas públicas de comunicação de caráter democráticos.

Dali, um grupo de trabalho coordenado pelo então ministro da Secretaria de Comunicação Social foi criado para elaborar um anteprojeto de novo marco regulatório para o setor das comunicações. Contudo, já fim de governo, a proposta foi entregue ao novo governo de Dilma Rousseff, nas mãos do seu primeiro ministro das Comunicações, Paulo Bernardo. O projeto foi engavetado pelo governo. Dilma assumiu a presidência em 2010 afirmando que na comunicação o melhor controle é o controle remoto.

A partir das propostas produzidas na Conferência, o FNDC elaborou, em 2012, um Projeto de

Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática, uma proposta para regulamentar os dispositivos da Constituição Federal que tratam da Comunicação Social Eletrônica. O projeto se transformou num instrumento de luta e pressão política para mobilizar a sociedade por um novo marco regulatório para as comunicações.

Infelizmente, não conseguimos chegar nem perto das mais de 1 milhão e 500 mil assinaturas para encaminhar o projeto ao Congresso Nacional. Mas realizamos debates e atividades públicas em torno do conteúdo da proposta, para conscientizar e atrair mais ativistas em prol da democratização da comunicação. Levantamos, também, o slogan “Dilma, Regula Já!”, como pressão sobre a presidente para chamar a atenção para a urgência desta pauta.

Em 2014, com o acirramento da disputa política e a elevação do tom bélico e golpista dos meios de comunicação, a presidente afirmou em sua campanha à reeleição que uma das prioridades de seu segundo governo seria encaminhar a discussão sobre a regulação econômica dos meios de comunicação. Tudo o que o monopólio não quer, já que regulação econômica é fazer valer por lei o que determina a nossa Constituição em seu artigo 220, de que a comunicação não pode ser objeto de monopólio.

Em março de 2015, o FNDC realizou o 2º Encontro Nacional pelo Direito à Comunicação, na cidade de Belo Horizonte. Mais de 700 ativistas de todo o Brasil foram à cidade mineira para debater caminhos para fortalecer a luta pela democratização da comunicação. Nossa palavra de ordem, já em meio às ameaças golpistas que rondavam o país era: “Sem comunicação democrática não há democracia”.

Governos progressistas ignoraram a pauta

Mas Dilma abandonou o compromisso de campanha. A vitória apertada que obteve em outubro de 2014 e a ação golpista do consórcio opositor formado pela mídia, o Judiciário e os partidos de direita imobilizou o governo.

A falta de compreensão dos governos progressistas sobre o caráter estratégico da pauta da comunicação, resultou no não enfrentamento do tema e não houve debate público sobre a regulação dos meios de comunicação. A mídia privada permaneceu sem regras, abusando do privilégio de serem a única voz a falar de forma massiva para 200 milhões de brasileiros. A mídia foi a principal articuladora da desestabilização política e econômica do país, promovendo ataques cotidianos ao governo, espetacularizando a notícia e criando um clima de ódio e terror diários que levou uma parcela considerável da sociedade a defender a bandeira do afastamento da presidente. A sociedade brasileira encontra-se à mercê de uma mídia concentrada e golpista.

Mídia alternativa e narrativa contra-hegemônica

A luta política de embate ao discurso único dos meios de comunicação privados se dá a partir da mídia alternativa, da imprensa do movimento sindical, popular, estudantil, de muitos veículos de comunicação formados por comunicadores populares, dos blogs de opinião, do ativismo realizado nas redes sociais, de coletivos e cooperativas de jornalistas que ousaram trilhar um caminho próprio, longe da redação dos grandes meios de comunicação.

A mídia alternativa tem dado voz aos setores invisibilizados e criminalizados pela mídia hegemônica e feito o enfrentamento ao golpe, defendendo a democracia e direitos.

A ação da comunicação alternativa está incomodando muito os monopólios, os partidos de direita e a elite conservadora. Para tentar calá-la utilizam-se da Justiça, através de ações que impõe multas econômicas desproporcionais aos meios alternativos. Quer calar pela intimidação e pela asfixia econômica os setores que ousam fazer uma narrativa contra-hegemônica dos fatos em curso no país. Também temos assistido casos de violência moral, física e até a morte de comunicadores no Brasil. A censura econômica e privada é

hoje o principal obstáculo à liberdade de expressão no país.

Neste cenário, o FNDC – que em abril passado realizou sua XIX plenária – apontou que o momento é de resistência e luta para impedir retrocessos e defender a democracia. A primeira medida do governo provisório foi acabar com o Ministério das Comunicações. Se já tivemos dificuldades em colocar a pauta da democratização da comunicação nos governos democráticos e populares, num governo golpista e que representa os interesses das elites e dos meios de comunicação privado-comerciais será impossível.

O desafio do movimento de luta pela democratização da comunicação neste momento é impedir o fechamento da Empresa Brasil de Comunicação e tentar garantir que não haja interferência política na sua linha editorial; temos que lutar para defender a recente experiência de comunicação pública no país. Temos que defender a mídia alternativa dos ataques que virão, garantindo instrumentos de sustentação material dos veículos que surgiram e de defesa da integridade dos jornalistas, comunicadores sociais, blogueiros, enfim, das pessoas que produzem a mídia alternativa no dia a dia. Impedir retrocessos no campo da Internet, tentando barrar projetos de lei que desfigurem uma das poucas conquistas obtidas no campo da comunicação, que foi a aprovação do Marco Civil da Internet. E, principalmente, o desafio de ao lado dos movimentos sociais defender a democracia e denunciar o golpismo em nosso país. ⚡

Venezuela:

Blanca Eekhout: “O objetivo é ter um povo comunicador”

Carla Zambrano

Em meio a um complexo cenário político, econômico e social que afeta as conquistas dos povos da América Latina e Caribe, a ex-ministra de Comunicação e vice-presidente de Movimentos Sociais do Partido Socialista Unido de Venezuela (PSUV), Blanca Eekhout, aposta na comunicação popular e alternativa como “ferramenta fundamental, estratégica e determinante” para derrotar o neocolonialismo que pretende se instaurar novamente na região.

A afirmação da também integrante do Gran Polo Patriótico Simón Bolívar (GPPSB), com uma longa trajetória na luta popular venezuelana, se dá no marco de um processo de assédio sofrido atualmente pela Venezuela por parte dos centros de poder hegemônico do Norte e suas estratégias de guerra não convencional – ou de quarta geração – associados à “exacerbação de antivalores ligados ao terrorismo midiático e à violência criminal”.

Em conversa com a Agencia Latinoamericana de Información (ALAI) em Caracas, Eekhout recorda que a chegada da Revolução Bolivariana inverteu a balança do campo político venezuelano ao conseguir que as camadas populares assumissem um papel protagonista na sociedade, ação que até hoje não foi aceita pelas elites que governaram o país durante décadas. A voz dissonante da Venezuela no

Carla Zambrano é comunicadora social venezuelana, especialista em jornalismo digital.

mapa geopolítico atual transformou o país em alvo de investida imperial por sua determinação em se tornar livre e levantar a voz em defesa da soberania dos povos do mundo.

Devido a estes perigos, Eekhout conclama o povo a permanecer ativo na mobilização para evitar a todo custo que a região retroceda mais de 200 anos de lutas e conquistas. “Seríamos outra vez um território colonizado e nós, este povo comunicador, que assumiu o papel de protagonista do exercício político para refundar a república, não vamos permitir esse retrocesso”.

A comunicação comunitária na Venezuela

Para Eekhout, com o processo constituinte venezuelano importantes espaços foram abertos porque a comunicação foi assumida como um direito e se outorgou ao povo o direito a se comunicar. “Só pode haver democracia participativa e protagonista com um povo comunicador, com um povo visível, ativo, protagonista que, além disso, tenha os instrumentos para exercer o direito à comunicação, não apenas a receber ou ser espectador, a ser passivo diante do fato comunicacional, porém a ser ativo e protagonista, a fazer comunicação”.

A primeira ação realizada para garantir o acesso das mídias comunitárias ao espaço radioelétrico foi a criação de um regulamento da Lei Orgânica de Telecomunicações para meios

de comunicação popular comunitários, livres e alternativos. “Nesse processo surgiram centenas de emissoras de rádio, dezenas de televisões, mas também se estimulou a criação de milhares de mídias impressas pelo próprio povo. Para tornar esses espaços realidade foi preciso gerar toda uma transformação da institucionalidade e dos organismos destinados a isso, porque a concessão do uso do espectro de radiofrequências sempre havia tido fins comerciais, portanto, as fundações sem fins lucrativos e as formas de organização popular não tinham lugar.”

“O protagonismo do povo só consegue se materializar se existir um espaço comunicacional na sociedade. Se for visível e protagonista na sociedade. Por este motivo o Estado se compromete, com a Lei de Comunicação Popular, a estimular as experiências de organização do povo. Esta lei se transformou numa das que conformam as leis do poder popular para o desenvolvimento e estímulo da comunicação popular. Foi aprovada em dezembro de 2015 e agora estamos sendo ameaçados pela Assembleia Nacional retrógrada que pretende atacar estas leis e lançar por terra as conquistas em matéria de comunicação popular.”

Meios comunitários na vanguarda da luta pela liberdade

Eekhout considera que o papel das mídias comunitárias e alternativas é chave na “defesa não apenas da soberania da Venezuela, como da pátria grande”. Neste sentido, demarcou que só a unidade dos trabalhadores, indígenas, mulheres, estudantes, camponeses e afrodescendentes poderá derrotar o inimigo: “Este é o momento do congresso anfitriônico sonhado por Simón Bolívar. A única coisa que pode sustentar a ofensiva popular é a comunicação nas mãos do povo. Este é o momento das mídias populares e da comunicação popular”, disse.

Apesar da investida que põe em perigo as conquistas alcançadas pela sociedade, a comunicadora popular não duvida em afirmar que “a América Latina se encontra em um de seus melhores momentos. Nossos povos nunca

tenham sido tão conscientes da necessidade de ser soberanos. Nunca tinham estado tão organizados. Fomos desenvolvendo o poder popular e construindo um cenário de unidade latino-americana, que tem de se transformar na alavanca para derrotar a tentativa de neocolonização de nossos territórios”.

O momento de reflexões

Para Eekhout a atual conjuntura na região também propicia o início de profundas reflexões sobre o funcionamento e dinâmicas das mídias comunitárias. A seu ver, muitos comunicadores populares transformaram os meios de comunicação num objetivo e se desvincularam das lutas na rua. “A mídia é só um instrumento, o objetivo é a comunicação popular”, disse ao ressaltar que as mídias populares devem ser “espaços de articulação, encontro e planejamento; o objetivo é ter um povo comunicador, o mesmo que em 11 de abril de 2002 uniu esforços para que nos devolvessem Chávez”.

No caso venezuelano, Blanca Eekhout comenta que as mídias populares e alternativas estão nas ruas estimulando a organização para enfrentar a guerra econômica. “Nós, comunicadores populares, devemos ser comunicadores da verdade, da solidariedade e da esperança. Não podemos permitir que se instale a incerteza, a desmoralização, a falta de esperança e a lógica midiática do poder dominante.”

Socialismo ou barbárie

Eekhout considera que também é o momento de unir forças: “Como dizia Rosa Luxemburgo, ou construímos o socialismo ou o destino será a barbárie. O cenário mundial de guerra, de violência, é o que desejam as grandes corporações para saquear os povos e desmembrar as sociedades, para jogar por terra as constituições, as conquistas, as lutas dos povos para poder controlá-los. Para garantir a soberania temos que derrotar o modelo capitalista e neoliberal que pretende se impor”.

Neste panorama manifesta que a comunicação popular precisa transcender as fronteiras im-

postas, ideal que só pode ser alcançado por meio do planejamento conjunto. “Que o Brasil não esteja só, que a Argentina não esteja só, nem a Venezuela ou o Equador, que nenhum de nós se sinta só porque somos um único povo e essa tarefa de união é de quem assumiu a comunicação popular como militância; devemos buscar o mecanismo ou inventá-lo. Ou inventamos ou erramos, como dizia o mestre Simón Rodríguez”.

As redes sociais e as mídias públicas nas guerras de quarta geração

A ex-ministra e fundadora do canal comunitário Catia TV aproveita o espaço para falar sobre o papel das chamadas “redes sociais” no contexto da guerra de quarta geração que hoje ataca o país sul-americano. Um dos primeiros passos desta luta, segundo Eekhout, é “passar a uma ofensiva comunicacional que enfrente o grande poder mundial da ditadura midiática que está utilizando o terrorismo e a guerra psicológica como ferramenta para dominar os povos. Há avanços, mas temos que dar saltos gigantescos, não podemos permitir que nos encerrem e encurralem”.

Nesta ofensiva comunicacional também é preciso desenvolver estratégias para travar a batalha de ideias nas plataformas virtuais como Facebook ou Twitter, espaços onde atualmente os rumores se transformam em verdade. “Trata-se de uma luta desigual. Enquanto aqui há pessoas lutando na guerrilha comunicacional da rede, do outro lado há robôs produzindo milhares de informações que não têm necessariamente a verdade como referência. Um exemplo foi a utilização de imagens de situações violentas de outros países para acusar a Venezuela”.

Esta luta desigual exige “coordenação e encontro entre os povos, assim como inventividade e criatividade para enfrentar a mentira midiática”, diz Eekhout ao convocar a guerrilha comunicacional e seguir resistindo e produzindo contrainformação nesses espaços. “Temos que ocupar esses espaços, mas precisamos desenhar estratégias de comunicação alternativas

às redes que passam pela comunicação direta nos espaços comunitários, de organização para se posicionar criticamente em relação às redes sociais, garantindo que outras gerações tenham uma visão crítica.”

A comunicação popular na Venezuela está em perigo?

A militante do Bloque de la Patria ressalta que na Venezuela muitas das conquistas alcançadas na revolução estão em perigo, já que a atual Assembleia Nacional busca submergir o país numa situação de retrocesso legislativo para permitir a ingerência estrangeira.

“Se o povo tem uma tarefa é de se organizar para recuperar todos os espaços de poder, neste caso a Assembleia Nacional. Essa Assembleia Nacional tem que ser derrotada e só o povo soberano pode fazer isso. A população encontrou múltiplas formas de organização desde seu processo constituinte. A Constituição defende o povo e não se pode tomar medidas anticonstitucionais passando por cima da Constituição sem que essa assembleia seja deposta”, declara.

“Se essa assembleia se empenhar em destruir o marco jurídico, o poder e as conquistas que o povo alcançou, essa assembleia é anticonstitucional e tem que ser derrotada. Quem for contra os avanços progressistas do povo deve ser derrotado pelo próprio povo organizado, e há mecanismos dentro da própria Constituição para isso. O presidente operário Nicolás Maduro acompanhado pelo povo não permitirá que haja regressão e retrocesso.” ☞

Argentina: Lei de Meios Audiovisuais subjugada

Néstor Busso

Nos primeiros 100 dias de governo do empresário Mauricio Macri, os setores de menor renda perderam pelo menos 25% de sua capacidade de compra e, no outro extremo, os bancos ganharam 65% a mais que no ano passado. Isso é consequência da desvalorização de 50% e dos aumentos de 50% a 400% nas tarifas de serviços públicos, eletricidade, gás, telefone, transporte. Os cinco milhões de dólares que até o ano passado eram pagos por mineradoras, exportadores de grãos e indústria por retenções à exportação, agora são pagos pelas famílias pelo consumo de eletricidade e de gás sem subsídios. Estamos diante de uma transferência brutal de riqueza dos que menos têm para os que mais têm. É a rota do dinheiro para as *off shore* dos ricos entre os quais estão o presidente e vários de seus ministros e colaboradores, a maioria deles ex-CEOs ou gerentes de grandes grupos econômicos. Os sacrificados no altar do livre mercado são os pobres e as camadas médias, ou seja, as maiorias. Foram perdidos mais de 140 mil postos de trabalho, entre os setores público e privado. O governo argentino anterior, liderado por Cristina Fernández de Kirchner, propunha ao mundo, no âmbito das Nações Unidas, impor normas e limites à voracidade de fundos especulativos diante das dívidas de países soberanos. Agora o governo de Mauricio Macri se submete às exigências desses abutres.

Néstor Busso é jornalista, diretor da Rádio Encuentro, de Viedma, na Patagônia, Argentina. Membro de FARCO, ALER, e da Coalizão por uma Comunicação Democrática. Ex-presidente do Conselho Federal de Comunicação Audiovisual.

O governo e os grandes meios de desinformação do poder econômico argumentam que as penúrias atuais são consequência da “herança” do governo anterior e nos prometem um paraíso de investimentos, trabalho e felicidade para a segunda metade do ano.

Neste contexto, uma das primeiras medidas do novo governo foi a alteração, por meio de Decreto, da Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual (LCSA), respondendo aos interesses dos grandes grupos econômicos midiáticos. Da mesma forma por que se redistribui a riqueza material a favor dos mais ricos, a distribuição da palavra e da riqueza simbólica se concentra em poucas mãos.

Uma Lei da democracia

A Lei de Serviços de Comunicação Audiovisual foi um apoio para a democracia argentina. A Lei 26.522, aprovada em 2009, foi produto da organização e mobilização popular e da decisão política da presidente Cristina Fernández de Kirchner.

Em 2004, centenas de organizações apresentaram os “21 pontos da Iniciativa Cidadã por uma Radiodifusão Democrática”. Depois de cinco anos de muita militância, com debates por todo o país, a presidente Cristina Fernández assumiu a demanda e enviou o projeto de lei ao Congresso. Na Câmara do Deputados, após cinco dias de audiências públicas, o projeto foi aprovado por 147 votos a 3 com mais de duzentas alterações. No Senado a votação foi de 44

a 24, com mais de 50 mil pessoas na frente do Congresso apoiando a sua aprovação.

Não só se conseguiu uma excelente lei apresentada como exemplo para o mundo pelo relator de Liberdade de Expressão das Nações Unidas. O próprio debate foi enriquecedor. O tema da comunicação e o papel da mídia foram colocados em discussão. Com a denominada erroneamente “Lei de Meios”, ficaram em evidência o poder e os interesses dos grupos econômicos concentrados.

No entanto, foram necessários outros quatro anos para que o Poder Judiciário liberasse a lei com a sentença da Corte Suprema de Justiça, que a declarou plenamente constitucional ante uma ação do Grupo Clarín, que era contrário à lei. A sentença de setembro de 2013 ratifica a lei e confirma também a necessidade de que o Estado intervenha com regulações e políticas ativas para garantir diversidade e pluralidade na comunicação com a finalidade de assegurar a Liberdade de Expressão e o Direito à Comunicação. Também fica claro que os direitos sociais estão acima do direito individual e da propriedade privada.

Essa é a lei que Mauricio Macri alterou por decreto. Os argumentos usados foram “a não aplicação integral da Lei” e a necessidade de “promover os investimentos no processo de convergência”, para “criar condições estáveis de mercado”.

Quem expressou com total clareza as ideias do novo governo foi o ministro de Comunicações, Óscar Aguad, declarando que “agora os meios vão competir livremente no mercado... e trataremos de ajudar os menores”. Ele também defendeu que “uma lei do Congresso não pode limitar a capacidade do presidente” como se vivêssemos em um reinado da época medieval.

Os decretos que destroem a lei

No mesmo dia em que assumiu o novo governo, um Decreto de Necessidade e Urgência (DNU 13/15) alterou a lei de ministérios e posicio-

nou a Autoridade de Serviços de Comunicação Audiovisual (AFSCA) dependente de um novo ministério de “comunicações”, desconsiderando a autonomia da autoridade reguladora.

Em 23 de dezembro de 2015, o Poder Executivo Nacional promulgou o Decreto 236/15, pelo qual se decretou a intervenção e remoção da direção da AFSCA, órgão de aplicação da LSCA. O Decreto 236/2015, de fato, desloca as autoridades com mandato vigente até dezembro de 2017, por não serem funcionais politicamente para o novo governo.

A sujeição à lei é completada com o Decreto de Necessidade e Urgência 267/2015, que altera os aspectos substanciais da lei debatida e votada de forma democrática.

Este decreto resolveu, pura e simplesmente, dissolver os órgãos de aplicação da Lei 26.522, como a AFSCA e o Conselho Federal de Comunicação Audiovisual. Estabelece a criação da Entidade Nacional de Comunicações (ENACOM), submetida ao poder Executivo fundindo autoridade reguladora em matéria de comunicação audiovisual e telecomunicações. Este novo órgão está composto por um presidente e três diretores, todos eles nomeados pelo poder Executivo Nacional e três diretores propostos pelo Parlamento, garantindo cinco membros do oficialismo. Além disso, prevê que esses diretores possam ser destituídos pelo presidente da Nação de forma direta e sem menção de causa. Estas disposições acabam com qualquer capacidade de autonomia ou independência dos integrantes do ENACOM.

Do mesmo modo, ao dissolver o Conselho Federal de Comunicação Audiovisual – composto por 38 membros *ad honorem* – elimina toda participação das províncias e dos diversos setores da sociedade civil na definição das políticas de comunicação. O Conselho Federal tinha, entre outras funções, a de elaborar a lista de acontecimentos de interesse relevante, designar o júri para os concursos de concessão de licenças e o júri para os concursos do Fundo de Fomento de meios comunitários

indígenas. Do mesmo modo, era o órgão de controle da diretoria.

Assim, o Decreto 267/15 derroga a limitação para transferência de licença e amplia em 50% os limites de uso de espectro.

A habilitação das transferências se agrava pela renovação automática de licenças. Com a lei em vigência, a transferência de licenças estava proibida e a prorrogação só era possível por uma única vez e prévia audiência pública. O decreto concede uma primeira prorrogação automática de dez anos.

Por outro lado, o decreto estabelece que a TV a cabo não é um Serviço de Comunicação Audiovisual, mas sim um serviço de telecomunicações. Desta forma, libera a televisão a cabo das obrigações que a Lei 26.522 impõe. Já não há limites para a concentração, não há obrigação de emitir um sinal próprio, não há obrigação de passar sinais locais de TV, nem de se respeitar a ordem da grade de sinais.

Com estas normas se agrava a concentração. Hoje, 83% das famílias argentinas estão conectadas à TV a cabo e delas 60% recebem o serviço da empresa Cablevisión, do Grupo Clarín. O grupo Clarín conseguiu o que lhe tinha sido negado pela Corte Suprema. Não só não deve se adequar às exigências da lei, mas também se facilita a sua expansão. O Clarín já comprou uma operadora de telefonia celular – Nextel – e se associou à TELECOM, uma das duas operadoras de telefonia fixa, através de seu principal sócio na Cablevisión.

A resposta e as consequências

A reação de organizações sociais, trabalhadores da comunicação, universidades nacionais, meios comunitários, populares, cooperativas e indígenas, integrados na coalizão por uma Comunicação Democrática não demorou. Mobilizações nas ruas surgiram imediatamente e se multiplicaram. Do mesmo modo foram apresentadas várias demandas em tribunais judiciais, argumentando a inconstitucionalidade

dos decretos de Mauricio Macri. Esses processos judiciais, dos quais muitos estão tramitando, não conseguiram frear a sujeição à lei e os grandes grupos avançam na compra e venda e fusões empresariais, acelerando o processo de concentração facilitado, também, pela convergência digital que permite ao mesmo operador oferecer serviço de telefonia fixa e celular, internet e televisão a cabo em um mesmo pacote de negócios.

Convencidos de que estes decretos violam os padrões em matéria de liberdade de expressão do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, solicitamos e obtivemos uma audiência na Comissão Interamericana de Direitos Humanos para denunciar esses decretos do presidente Macri. Obtivemos o compromisso de acompanhamento da situação denunciada por parte da CIDH. Enquanto isso, o governo anuncia o debate de uma nova Lei de Comunicação.

Uma longa e dura luta para democratizar a Comunicação, que tinha conseguido avanços substanciais, sofre uma reviravolta importante na Argentina. O direito à Comunicação está sendo vulnerado – assim como outros direitos – por um governo que privilegia as regras do livre mercado.

Os movimentos sociais, as mídias populares e comunitários, as universidades, os trabalhadores e trabalhadoras da comunicação, temos o desafio de superar o bloqueio informativo da mídia do poder econômico que hoje protege o governo e o seu projeto de restauração neoliberal. ⚡

Diálogo com Amanda Dávila,
ex-ministra de Comunicação da Bolívia

Comunicação: uma agenda em aberto

Mary Ann Lynch

A América Latina é um dos continentes que, nos últimos dez anos, criou espaços para o debate sobre a democratização da comunicação e o direito à mesma. Um dos países pioneiros na incorporação deste direito à Constituição é a Bolívia. **Amanda Dávila**, jornalista e ex-ministra da Comunicação, conduziu durante três anos as reformas constitucionais realizadas no governo de Evo Morales quanto ao direito à comunicação. Ela afirma que ainda se trata de um tema em aberto na região e que deve continuar se fortalecendo não só no plano constitucional, mas de maneira efetiva e real, com a participação de todos os setores e atores sociais.

– *Como você vê a situação da comunicação e os processos que vêm se desenvolvendo atualmente na região?*

Acho que os processos na América Latina tiveram importantes avanços nas reformas políticas, nas reformas de participação popular, na recuperação dos recursos, mas, com muito poucas exceções, nos esquecemos do tema da comunicação, embora uma das principais críticas dos governos tenha sido sobre o papel dos meios de comunicação mais como atores

Mary Ann Lynch Solis, comunicadora e educadora peruana, trabalha em processos de comunicação e cultura na América Latina. É CEO da Associação Cultural D1, que desenvolve a formação de lideranças juvenis em áreas vulneráveis do Peru usando as artes como ferramenta de transformação social.

políticos que como atores de mediação. Em muitos casos, a mídia substituiu os partidos políticos derrotados nas urnas, porque esses processos populares de grande urgência se caracterizam por terem sido conquistados nas urnas, reconhecidos por todos. Apesar de toda a proposta e crítica, a comunicação não foi a prioridade dos governos.

É compreensível, porque estivemos todos nas grandes reformas políticas constitucionais, na recuperação dos recursos naturais, nos programas de apoio aos mais pobres, na redistribuição das riquezas, como ocorreu na Bolívia e, finalmente, o tema da comunicação ficou numa agenda em aberto.

– *A Bolívia incorporou em sua Constituição o direito à comunicação. Mesmo assim sente que não se deu prioridade a este tema?*

O que acontece é que pensamos que apenas constitucionalizando os direitos a tarefa já estaria terminada, e não é assim. Na Bolívia conseguimos incorporar em nossa Constituição este direito, não como um direito apenas dos jornalistas, mas também dos povos indígenas e dos setores populares. Criamos rádios comunitárias, mais de 100 estão nas mãos das organizações sociais, povos indígenas, camponeses, e conseguimos legalizá-las.

O que ocorreu foi que nos esquecemos de fazer um trabalho muito mais intenso, mais profissional no uso desses meios de comunicação.

Não incorporamos uma lógica de melhorar as apresentações de nossos meios de comunicação com melhores conteúdos capazes de captar a atenção da população, de ser uma mídia exitosa massivamente apesar de nossa ideologia não mercadológica.

Faltou entrar na lógica de pensamento dos jovens, utilizar a linguagem moderna da mídia, fazer bons programas; não apenas deter os meios de comunicação, mas saber utilizá-los. Esse foi nosso erro. Não conseguimos fazer de nossa mídia a melhor, a mais bem-sucedida. E os meios de comunicação públicos são os menos vistos, a rádio pública é a menos ouvida, o jornal público é o menos lido e o que perde mais rapidamente a credibilidade. Obviamente, isso não é só responsabilidade nossa, mas existe toda uma política, uma estratégia permanente de parte do monopólio midiático para nos desprestigiar. Derrotamos politicamente a oposição, mas não midiaticamente. Eles sempre dominaram os principais meios de comunicação, potencializaram sua mídia e passaram à nossa frente, pois trabalham a consciência da opinião pública. Enquanto nós melhoramos as condições objetivas da população, eles desenvolvem as condições para criar imaginários inexistentes, tratando de vender às pessoas o que não existe.

Considero que neste aspecto nos faltou ser mais estratégicos. A estratégia consiste em saber entender essas sensibilidades da sociedade para incorporar vozes distintas e não somente ser governamentais. Acho que não houve má fé, mas menos experiência para entender. Por exemplo, incorporar na mídia pública essas visões, essas vozes da sociedade que nem sempre são governamentais. Transformamos a mídia pública numa mídia governamental, não com má intenção mas com esse afã de lutar contra uma voz potente, poderosa, que não informa absolutamente nada do que faz um governo.

Temos uma luta cruel pela frente. Os meios de comunicação privados não têm nenhum tipo de consciência, nenhum tipo de constrangi-

mento em lutar duramente, sem nenhum escrúpulo contra nossos governos, não há ética.

– *O que fazer diante desta situação?*

Em nossa experiência, o primeiro passo é mudar a Constituição política para incorporar o direito à comunicação. As reformas constitucionais são necessárias porque não se pode transformar um país sem uma Constituição que defenda os direitos das pessoas. A segunda questão importante é frisar que o direito à comunicação não é de poucos: é de todos os povos.

Neste contexto, aprovamos leis que vão traduzindo esta Constituição, como por exemplo, na Lei de Telecomunicações, os povos indígenas têm direito a frequências de rádio e televisão. Isso é muito importante porque redistribui o espectro de radiofrequências.

Por outro lado, foram incorporadas medidas importantes como a Lei Antirracismo e Discriminação, em que se estabelece que os meios de comunicação podem ser infratores, portanto os jornalistas podem ser julgados porque a discriminação e o racismo são um delito na Bolívia.

Este tipo de disposições que foram trabalhadas paralelamente à reforma constitucional permite que os jornalistas deixem de se sentir imunes a tudo e se articula com diversas entidades como observatórios de mídia, monitoramento do Ministério de Comunicação e da sociedade civil como forma de regular os meios de comunicação. Nos últimos anos se trabalhou tanto que se implementou uma norma para os meios destinarem um tempo a promover os direitos e a não discriminação, conseguindo impacto e compromisso, fazendo a mídia massiva compreender a necessidade de promover outros valores.

– *O governo boliviano tem previsão de formular uma lei geral de comunicação?*

Desde o início encontramos resistência dos jornalistas, mas não era a ideia do presidente. A ideia é que a própria sociedade discuta

os direitos à comunicação e à dignidade das pessoas. Poderíamos ter feito a lei porque temos uma maioria esmagadora para aprová-la, mas não; queremos que isso parta das próprias pessoas, achamos que a sociedade é quem deve discuti-la. De fato, democratizar a comunicação é difícil. Os grandes meios de comunicação querem nos fazer acreditar que o direito à comunicação em si é só deles e de seus jornalistas. Estamos em contradição com esse modelo porque somos um governo que está promovendo grandes reformas e estamos impulsionando e construindo um novo destino para os mais humildes, que nunca foram concebidos nem sequer como cidadãos de segunda classe. Acreditamos numa democracia não só do voto, mas do direito à participação direta das pessoas.

– *Neste plano está contemplada a implementação de meios de comunicação públicos?*

Uma das principais preocupações do governo do presidente Evo é que os povos tenham seus próprios meios de comunicação. Não se trata de dar voz aos povos indígenas, mas que eles mesmos deem as diretrizes e expressem o que são. Geralmente os povos não têm oportunidades para comprar uma rádio, é cara; então o governo desenvolveu normas para aprovar políticas públicas para dar aos povos as ferramentas necessárias. Demos rádios, apoiamos de maneira permanente o sustento, desde a equipe técnica, o econômico, que facilita a organização, o desenvolvimento e funcionamento da rádio; eles produzem o conteúdo, mas se capacita a equipe.

Levamos os melhores radialistas para dar oficinas aos povos indígenas. Quer dizer, é preciso dar a ferramenta primeiro; agora temos organizações indígenas e camponesas que possuem rádios locais e que logo se conectam a uma rádio matriz que chama Red de Pueblos Originarios (RPO), que é a difusora dos conteúdos nacionais. O que acho é que não devemos trabalhar somente a partir do âmbito do Estado, mas também estimular iniciativas que não têm a ver com redes do Estado, mas

da sociedade civil, que têm a ver com grupos de jornalistas que criaram seus próprios meios e o Estado pode facilitar o desenvolvimento dessa mídia sem intervenção.

Este tipo de iniciativa é importante porque quando muda o governo de um país, como está acontecendo na Argentina, se a mídia não está forte na luta contra-hegemônica, o novo governo que entrar pode mudar sua posição.

– *E o que você pode nos contar a respeito do plurinacional ou intercultural como parte dos processos comunicativos?*

Um das coisas mais importantes, além de ganhar a propriedade dos meios, são os povos indígenas, cuja autonomia econômica ainda precisa ser trabalhada. O que se fez foi que os meios de comunicação incorporassem mais a interculturalidade real que existe na Bolívia, e se fez isso pela pressão social para conseguir que a grande mídia começasse a incorporar isto, coisa que ainda não vejo em outros países. Na Bolívia temos locutores indígenas que aparecem na mídia comercial, o que antes era inimaginável. Temos programas culturais indígenas que discutem diversas temáticas; avançou-se muito porque temos um governo indígena. ⚡

Quase uma década vencida na *democratização* da comunicação no Equador?

Hernán Reyes Aguinaga

A partir de que critério se pode analisar e avaliar o que ocorreu nesses oito anos de governo da Revolución Ciudadana no que diz respeito ao campo da comunicação e informação? O enfoque deveria ser na análise em torno dos conflitos no terreno da liberdade de expressão e de imprensa a partir do imaginário liberal e antiestatal de meios de comunicação privados e jornalistas afins à ideologia neoliberal, ou haveria de se interrogar sobre a melhora na qualidade dos conteúdos e o maior exercício dos direitos dos cidadãos? Trata-se essencialmente de um processo arbitrário de disputa pelo poder do *dizer, mostrar e imaginar* entre o governo e os grandes meios de comunicação privados que defendem os valores econômicos e políticos do modelo neoliberal, ou alude primordialmente a um processo de emergência de novos processos e novos sujeitos sociais, do exercício dos direitos à informação e à comunicação, historicamente inferiorizados?

Refletir sobre a comunicação e a democracia no país torna-se um enorme desafio devido à heterogeneidade e complexidade características destes dois campos, assim como à persistência de visões antagônicas: por um lado, quem defende dogmaticamente o processo

supondo que este aprofundou o exercício dos direitos à comunicação e à informação; e de parte da oposição os que questionam totalmente as mudanças, que teriam criado uma situação caracterizada por ameaças e riscos crescentes à liberdade de expressão e imprensa, pela desinformação e pela propaganda, polarização e enfrentamento entre a sociedade civil e o Estado.

A comunicação empobrecida e censurada?

Para algumas vozes críticas ao governo, como nunca ocorrido anteriormente, os atritos desatados no cruzamento entre comunicação e política atingiram níveis inéditos na última década. Até 2007, nunca teria se desencadeado no Equador um confronto tão permanente e violento entre o Governo da Revolución Ciudadana e os “meios de comunicação e jornalistas independentes”, fruto de uma forte intervenção governamental para cooptar o espaço público por meio de uma estratégia política baseada em dominar o terreno da comunicação e enfrentar com dureza meios de comunicação privados e jornalistas “críticos”, em nome de se firmar no poder. Do lado de cá, abundaram as críticas políticas e midiáticas ao que se entende como formas autoritárias de exercício do poder político há quase dez anos, assentadas no que se supõe ser um uso abusivo e tendencioso dos meios públicos e dos meios privados confiscados¹ por sua administração; assim

Hernán Reyes Aguinaga, sociólogo e cientista político; docente e pesquisador da Universidad Andina Simón Bolívar Sede Ecuador e da Universidad Central. Presidiu a Sociedade Ecuatoriana de Estudios Interdisciplinarios da Comunicação (SEICOM). Foi conselheiro do CORDICOM entre 2013 e 2015.

1 Denominam-se “meios confiscados” um conjunto numeroso de meios de comunicação impressos, radia-

como os questionamentos de como a “opinião pública” teria se polarizado nesse exercício do poder e, desta forma, empobrecido a pluralidade das vozes e as posições dos diversos setores, afetando por sua vez as liberdades de expressão, de imprensa e inclusive de protesto social, às que teria criminalizado ou ao menos atacado injustificadamente utilizando a violência verbal, e inclusive a demanda penal pela via judicial.

Revisar o enfrentamento histórico do governo do Movimiento PAIS com diversos atores da comunicação implica recordar vários fatos paradigmáticos. Em março de 2007 ocorreu o primeiro *impasse* público entre o Presidente Correa e o então editor de opinião de El Universo, cujo desenlace apenas seria visto três anos depois, quando se produziu o julgamento deste jornalista e do jornal em que trabalhava, processo cuja sentença favoreceu Correa, que obteve – e perdoou em seu pagamento – uma milionária indenização por injúrias caluniosas; o presidente também levaria a julgamento outros dois jornalistas investigativos pelo conteúdo de um livro em que eram feitas graves acusações a Correa e a seu irmão; ao mesmo tempo, o confronto com as entidades de comunicadores (a Unión Nacional de Periodistas e com um par de Colegios de Periodistas do país), com outras organizações ligadas aos proprietários dos meios de comunicação privados como a Asociación Ecuatoriana de Editores de Periódicos (AEDEP), com Fundameios, entidade privada muito ligada aos interesses e posições políticas dos grandes meios privados do país; e inclusive o enfrentamento se estendeu aos sucessivos Relatores de la Libertad de Expresión da Comisión Interamericana de Derechos Humanos, organismo com sede em Washington.

Finalmente o conflito atingiu também o espaço das redes sociais, onde foram parar antigos

lísticos e televisivos que foram confiscados pelo governo como parte do processo de confisco de bens e empresas pertencentes a proprietários de bancos que defraudaram seus clientes e geraram a crise do sistema financeiro equatoriano em 1990-2000; meios que ficaram sob a administração do Estado até a atualidade.

jornalistas despedidos de seus jornais ou que precisaram procurar outro lugar para expressar suas opiniões, após a falência do jornal onde trabalhavam. Em todos estes casos, a disputa alcançou níveis muito estrondosos e os argumentos dos dois lados foram subindo cada vez mais o tom. Deste lado, se alega que os direitos à comunicação e à informação foram cada vez mais limitados, a pluralidade e a qualidade dos conteúdos midiáticos diminuiu, penalizou-se a opinião e finalmente, foram debilitadas instituições fundamentais para a democracia como os meios de comunicação, utilizando censuras “legais” e a crescente autocensura.

A versão contrária: “a disputa pela hegemonia”

No entanto, existe outra forma bem distinta de julgar o que aconteceu no país, que reconhece a representação de uma estratégia política inédita para “disputar a hegemonia”, sintonizada com as de outros países da região. Nos últimos anos, na Venezuela e na Argentina, assim como em menor medida na Bolívia, os governos “progressistas de esquerda” também se viram impelidos a confrontar mais ou menos violentamente os maiores meios privados em nome de assegurar a governabilidade, aplicando uma postura política firme e aprovando leis que regulem a comunicação e a ação da mídia.

Tais corpos normativos, nos casos argentino, boliviano e equatoriano propunham uma redistribuição de faixas de frequência que dava enorme espaço aos meios públicos e comunitários; assim como geravam a possibilidade de uma comunicação permanente e direta entre o governo e a cidadania, como nos casos de “*Aló Presidente*” e dos Enlaces Ciudadanos conduzidos por Hugo Chávez e Rafael Correa, respectivamente. Além do objetivo de uma recomposição “popular e cidadã” do cenário midiático em seus conteúdos e propriedade, esta lei introduziu a regulação dos conteúdos audiovisuais discriminatórios, violentos e sexualmente explícitos em horários inadequados, a nacionalização da produção publicitária e o aumento substantivo da quota de tela de

produções audiovisuais nacionais, assim como a obrigatoriedade de todos os meios darem um espaço a conteúdos interculturais. Quer dizer, pela primeira vez no país, se reconheceu o papel cultural da comunicação de massa e se ampliaram substancialmente os direitos cidadãos a demandar retificações e réplicas, assim como a denunciar violações a esta lei. O resultado? Maior cuidado por parte de diversos meios de comunicação e de jornalistas no tratamento da notícia; mais respeito às faixas de horário na programação de conteúdos e certos esforços para evitar mensagens sexistas ou racistas na programação, principalmente.

Outro assunto que se deve mencionar é que, para aplicar estas disposições legais, se criaram novas instituições estatais a fim de regular, controlar e sancionar os descumprimentos legais, assim como encarregadas de conscientizar e educar os cidadãos sobre como exercer seus direitos. A partir desta perspectiva, o novo marco legal permite melhorar a qualidade dos conteúdos e diminuir o permanente prejuízo aos direitos antes existentes. Além disso, a política governamental teve a virtude de colocar sobre a mesa a dimensão política e ideológica de temas comunicacionais que nunca foram tratados antes no debate público.

Êxitos e fracassos *democratizadores*: desafio pendente na comunicação

Sem dúvida, é ineludível avaliar com a maior justiça possível o que se conseguiu após quase três anos de vigência da Lei de Comunicação. Salvo alguns aspectos da lei que deveriam ser reformados ou eliminados. Tal é o caso da inaplicável e ambígua figura de “linchamento midiático”, a falta de operacionalidade dos “defensores de audiências” e outras questões relacionadas à arbitrária aplicação de sanções nas que incorreu em várias ocasiões a Superintendência de Comunicação (SUPERCOM), privilegiando forçadas sanções sobre conteúdos em que se criticavam funcionários públicos, que por sua debilidade argumental resultou contraproducente em termos políticos, possibilitando mais reviver no imaginário coletivo a figura de “lei da mordaza”, intencionalmente

criada pela oposição e que acompanhou a lei como uma “sombra” durante seu turbulento e demorado processo de aprovação legislativa”.

Definitivamente, ainda que o marco normativo da comunicação seja claramente progressista, ficam evidentes notórias falências em sua aplicação e resultados. Não haver possibilitado a participação plena da cidadania no processo, o que se expressa criticamente em dois âmbitos: o atraso e as inconsistências técnico-legais no que diz respeito à criação de novos meios comunitários e a falta de espaços onde a própria cidadania “se encarregue” de defender seus direitos e pressionar por uma melhora estrutural do sistema de comunicação – inexistência de observatórios e mecanismos de vigilância surgidos e administrados a partir da sociedade civil, a ausência de um Conselho Cidadão no Conselho de Regulação e Desenvolvimento da Informação e Comunicação (CORDICOM). Por outro lado, nota-se a ausência de renovação no discurso governamental e em suas estratégias de comunicação política, que levaram a que boa parte dos cidadãos se cansasse do enfrentamento verbal repetitivo na retórica, assim como uma política editorial na mídia pública que privilegiou a competência comercial ou o enfrentamento político aberto com os privados, ao invés de uma renovação dos conteúdos alinhada às necessidades e demandas cidadãs por novos conteúdos educativos, culturais e informativos.

Em resumo, desde 2007 se abriu uma oportunidade histórica para a democratização da comunicação no Equador, mas na prática, apesar de certos avanços indistigáveis, nota-se que foram privilegiados interesses oficiais de conjuntura, tomaram-se decisões políticas ruins em diversas das frentes da institucionalidade comunicacional e a atuação de certas autoridades encarregadas de aplicar a lei deixou muito a desejar, afastando-se da aposta por uma comunicação plural, de qualidade e de serviço à cidadania. ⚡

El Salvador: começa o processo de democratização da comunicação

Leonel Herrera

El Salvador é o primeiro país da América Central a aprovar reformas legais orientadas à democratização das comunicações somando-se assim à corrente latino-americana de construção de modelos midiáticos mais plurais que permitam uma maior diversidade de vozes na deliberação pública.

A Assembleia Legislativa aprovou no último dia 5 de maio um conjunto de reformas na Lei de Telecomunicações reconhecendo as mídias comunitárias, estabelecendo mecanismos alternativos à licitação para atribuição de faixas de frequência, eliminando o caráter automático da renovação das concessões, incorporando as novas tecnologias das infocomunicações e redefinindo diversas funções da Superintendencia General de Electricidad y Telecomunicaciones (SIGET) como entidade gestora do espectro de radiofrequências.

A lei reformada – aprovada em 1997 no marco da implementação do modelo neoliberal que privatizou empresas estatais e serviços públicos essenciais – reconhecia apenas as mídias privadas e comerciais, outorgava as faixas de frequência unicamente por meio de licitação ao maior concorrente, prorrogava as concessões automaticamente e reduzia o papel da SIGET ao de uma simples administradora téc-

Leonel Herrera é diretor executivo da Asociación de Radios Participativas de El Salvador (ARPAS) e presidente da Asociación Latinoamericana de Educación Radiofónica (ALER).

nica sem maiores atribuições na gestão, administração e fiscalização do espectro.

As reformas foram apresentadas pela SIGET, e – apesar de ainda não ser a reforma integral e democratizadora necessária ao país e proposta pelas organizações sociais progressistas – constituem um primeiro passo relevante de um processo que está apenas começando.

A aprovação é resultado da luta histórica das rádios comunitárias e organizações populares promotoras da democratização da comunicação e de uma estratégia de incidência política defendida nos últimos cinco anos. Esta estratégia foi impulsionada por mais de 50 organizações sociais, acadêmicas e de mídias alternativas que integram a Red por el Derecho a la Comunicación (ReDCo), entre as quais a Asociación de Radios Participativas de El Salvador (ARPAS).

Mandado judicial, consenso midiático e unanimidade parlamentar

O mais impressionante do processo de reformas é que estas tiveram o aval dos principais atores midiáticos do país, inclusive dos consórcios e associações de mídia mais resistentes às mudanças, e foram aprovadas por todos os grupos parlamentares, entre os quais o do partido oligárquico ARENA, principal aliado das mídias hegemônicas. Como isso foi possível?

Diante da falta de vontade política da assembleia, organizações da ReDCo apresentaram

ações de inconstitucionalidade contra a Lei de Telecomunicações. As ações foram apresentadas em agosto de 2012 e abril de 2013, com o propósito de obrigar a uma reforma por meio de sentenças de inconstitucionalidade.

Tais ações argumentaram violações aos princípios constitucionais de igualdade, liberdade de expressão, proibição de práticas monopolistas, ordem econômica com justiça social, predominância de tratados internacionais sobre leis secundárias, entre outras. Isto se dava porque as disposições da lei excluía as mídias sem fins lucrativos, permitiam a perpetuidade das concessões e consolidaram o atual esquema midiático corporativo, concentrado e violador dos padrões internacionais de liberdade de expressão.

A primeira ação impugnava a licitação ao maior concorrente como mecanismo único de atribuição de faixas de frequências e a segunda questionava a renovação automática das concessões, a ausência de limites antimonopolistas, o caráter de bem privado das concessões, as larguras de bandas excessivas e o reconhecimento das mídias comunitárias e públicas.

Durante três anos as organizações da ReDCo estimularam fortemente o debate público sobre o direito à comunicação, uniram-se a outros movimentos sociais para pressionar a Corte Constitucional e chegaram a conseguir que o relator de Liberdade de Expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), Edison Lanza, interviesse no processo.

Até que, finalmente, a Corte emitiu uma sentença em 29 de julho de 2015 declarando inconstitucional a licitação como mecanismo único de atribuição de faixas de frequência e eliminando a renovação automática das concessões. A resolução, portanto, ordenou à assembleia estabelecer mecanismos alternativos à licitação e um procedimento de renovação de concessões.

Nos demais aspectos impugnados, os magistrados não aceitaram os argumentos de inconsti-

tucionalidade. Entretanto, atingiu-se o objetivo de abrir um processo de reforma que não teria sido possível por vontade própria da assembleia.

Aberto o espaço no Legislativo, apareceram duas propostas de reformas em disputa: uma integral e democratizadora promovida pela ReDCo, abraçada pela esquerda parlamentar; e outra restritiva e insuficiente impulsionada pelas grandes mídias privadas e seus comparsas da direita legislativa, que aceitaram a contragosto o mandado da sentença de inconstitucionalidade, mas insistiram em que a reforma deveria se limitar a mecanismos de atribuição de faixas de frequência e à renovação das concessões.

Em dezembro de 2015 a direita tinha os votos suficientes para aprovar sua proposta de reforma, mas desistiu diante da pressão das organizações populares, do chamamento do relator Edison Lanza a considerar os padrões de liberdade de expressão da CIDH e da advertência do Executivo de que seria vetada qualquer reforma limitada e que não incluísse as propostas de todos os atores envolvidos.

Foi então que a SIGET convocou as principais concessionárias de mídias e a ReDCo para dialogar e elaborar uma proposta de reforma integral e consensuada.

Assim, os grandes meios de comunicação – encorajados pela ordem judicial de realizar uma reforma, pela falta de correlação no Executivo para viabilizar sua proposta e pela necessidade de “assegurar” a renovação de suas concessões e seus espaços no sistema digital – aceitaram dialogar e negociar uma reforma com a qual, se fosse hoje, todos ganhariam: a direita midiática, o governo e as organizações populares que apostam na modificação gradual do marco legal das comunicações a fim de construir um modelo mais democrático de mídia.

Conteúdos relevantes da reforma

Das reformas finalmente aprovadas destacam-se os seguintes aspectos:

- Novos mecanismos para atribuir concessões e reconhecimento das mídias comunitárias. A reforma cria o concurso público e atribuição direta como mecanismos alternativos à licitação para a atribuição de frequências de rádio e televisão; reconhece assim a existência das mídias comunitárias por radiodifusão e de outras sem fins lucrativos e proíbe que sejam submetidas à licitação para terem acesso ao espectro.
- Eliminação das prorrogações automáticas. A reforma estabelece um procedimento e requisitos para a renovação das concessões.
- Redefinição das atribuições da SIGET. Com as novas funções definidas pela reforma, a SIGET atuará como instituição gestora do espectro de radiofrequências e com poderes para reorganizá-lo, reservar e liberar frequências, autorizar (ou não) transferência de direitos de exploração de faixas de frequência e aplicar critérios para um uso mais eficiente, inclusivo e transparente dos espaços radioelétricos.
- Incorporação de novas tecnologias da informação e da comunicação, contratos de concessão e atualização das taxas. A reforma atualiza a lei em termos tecnológicos, permite à SIGET monitorar o uso correto das frequências através dos contratos de concessão e permitirá ao governo obter maiores ganhos pelas concessões das mídias com fins lucrativos.
- Papel consultivo da Superintendência de Competência (SC) na atribuição de novas concessões e transferência de direitos de exploração de frequências. Para evitar maiores níveis de concentração e garantir a transparência, a reforma autoriza a SC a emitir opinião sobre atribuição de novas concessões e transferência de direitos de exploração.

A reforma não estabelece limites à propriedade midiática; entretanto, isto é necessário para reverter a concentração atual e gerar entrada de novos competidores, diversidade midiática e pluralismo informativo. Sendo assim, deverá ser prioridade nas reformas futuras. Outra prio-

ridade terá de ser a reserva de ao menos um terço do espectro para as mídias comunitárias.

A reforma aprovada ainda não é a mudança integral e democratizadora de que o país necessita para desmontar o esquema midiático hegemônico, eficaz para atender aos interesses das elites oligárquicas. Porém, as organizações da ReDCo a valorizam como um bom processo inicial e transitório, que deve ser seguido de outros. É o primeiro passo na democratização das comunicações e na construção de um novo marco jurídico para um modelo de mídias inclusivo, transparente e democrático. <<



Este livro reúne tanto posicionamentos de entidades e organizações sociais, como plataformas comuns e normativas legais que estão possibilitando abrir uma brecha para transformar esta conquista em realidade, com o reconhecimento pleno do Direito à Comunicação.

Democratizar la palabra
Movimientos convergentes en comunicación

edição digital em www.alainet.org/publica/democom
edição impressa: América Latina US\$ 25 – Outros países US\$ 30

Colômbia:

Meios, pós-conflito e pós-acordo de paz

Equipe desdeabajo

Da guerra ao pós-conflito. Na Colômbia, esta possibilidade abarca com crescente atenção os relatórios cotidianos dos diversos meios de comunicação. É assombrosa a mudança ocorrida em todos eles, já que, assim como cobriram sem crítica notável o governo liderado por Álvaro Uribe Vélez e a sua estratégia de guerra total – só para dar um exemplo –, do mesmo modo procedem com o governo de Juan Manuel Santos e a sua mudança em direção à negociação política da guerra que por décadas atingiu este país.

Pouco-caso? Seria possível dizer que a sua forma de proceder é normal, já que, para algumas teorias da comunicação por eles sustentadas, os meios simplesmente cobrem e relatam os acontecimentos sem tomar partido. Sim e não, porque o que refletem com a sua atitude é muito mais que “neutralidade” e o que permitem perceber é acomodação, é dançar conforme a música. O que ecoa em cada governo é o ritmo da proteção do poder, o que sabem fazer muito bem os meios de comunicação oficiosos, garantindo com o seu estilo e a sua forma de cobrir a notícia o *status quo*, prática correspondida com a sustentação da pauta e de outros negócios, e desta forma a conservação e o fortalecimento das empresas às quais estão vinculados estes meios de comunicação – audiovisuais, radiofônicos, impres-

sos, virtuais ou não. Essa fidelidade ao poder lhes garante também ter acesso irrestrito às fontes governamentais. As suas notas, ainda que cubram as notícias (se suporia que não há censura nem desinformação), não oferecem nenhum contexto sobre as mesmas. De modo que não ocultam o fato, mas com a sua forma de trabalhar a notícia impedem a completa e profunda compreensão da mesma.

É exatamente isso que está ocorrendo com o processo de paz em curso na Colômbia em sua versão Governo-Farc ou com a sua variável Governo-Eln, considerados em ambos os casos como avanço para uma nova etapa na vida republicana deste país, uma etapa pós-conflito.

Como é de conhecimento, durante o mandato de Uribe Vélez – somente para considerar um momento próximo para esta observação –, as guerrilhas eram qualificadas e tratadas como terroristas, e os meios, sem qualquer pudor, repetiam e ampliavam o discurso oficial sem nenhum questionamento. Independentemente de avalizá-las ou não, essas organizações armadas tinham explicação histórica, razão de ser? Portanto, era procedente elevá-las – ou rebaixá-las – ao epíteto repetido pelos grupos de poder? Sem questioná-los, os meios de comunicação oficiosos não respondiam a este questionamento no momento de oferecer as suas notícias e simplesmente ampliavam a propaganda oficial sobre o confronto armado – guerra política –, gerando entre a população uma clara confusão sobre o conflito sentido de forma mais cruel pelas comunida-

Desdeabajo é o embrião de um sistema nacional de comunicação alternativa com sede na Colômbia. www.desdeabajo.info

des assentadas em áreas rurais e populações intermediárias, e de maneira colateral pelos que habitam as principais cidades do país.

Agora acontece o mesmo. Sem perguntar abertamente sobre esse mesmo conflito, sobre a sua origem, os antecedentes mais distantes ou mais próximos, sobre o desenvolvimento da guerra e cada um de seus entornos, divulgam a negociação política com sede em Havana. Da alcunha de terroristas, sempre dirigida às Farc, agora se referem a eles com os melhores termos.

Como ocorreu esta mudança? É simples: o governo mudou o tratamento aos seus inimigos, e a mídia, sem respeitar o seu trabalho, optou pela mesma transformação. Ocorreu alguma avaliação por parte desses meios sobre a sua função neste período histórico do país, para depois dar ao seu público uma explicação sobre o porquê das mudanças sofridas em suas agendas? Não! E esse silêncio ou autocondescendência com a sua atitude é compreensível, pois o seu exercício comunicativo é vertical, nunca horizontal: eles vendem informação e a sociedade compra e consome.

Na agenda de negociação do governo com o Eln, paralisada pelo problema dos sequestros, apesar de se ter acordado uma carta de navegação há poucas semanas, nenhum meio se pergunta como o governo pôde assinar tal agenda sem condicionantes, e, uma vez tornada pública, assinar (exigir) que, se os sequestrados não são liberados, a agenda não se concretizará. Todos divulgam a exigência oficial, que pode ser legítima — este não é o ponto —, mas que está mal enfocada. Para os meios oficiosos, a suspeita e a pergunta sobre quais podem ser os motivos — além do sequestro —, para o esfriamento da agenda oficial, parece não existir. Pode se desenvolver uma agenda comunicativa aberta, plural, deliberativa, sem suspeitas, dúvidas nem interrogantes?

É este tipo de conduta que faz com que se divulgue o conceito de pós-conflito, imposto pelo governo, e que deixe de lado o de pós-acordo,

que estaria mais conforme com a realidade do país. Por que isso? Porque não é possível que, uma vez assinada a paz com as duas principais correntes de insurgência, a Colômbia entre em uma etapa de pós-conflito, mas sim em uma de pós-acordo. É preciso lembrar que uma das condições para essas negociações é que a parte estrutural não está em debate ou, em outras palavras, que temas como o modelo econômico, as Forças Armadas e outros de igual teor não são negociáveis. Isto é, o que está em discussão são elementos importantes, mas não fundamentais; assim, o essencial escapa.

Desta forma, uma vez que esses grupos tenham deixado as armas que portaram por tantos anos, na Colômbia do pós-acordo o conflito social continuará, talvez de forma mais intensa, e agora sem que uns e outros possam taxá-la de instrumento de subversão. E sobre este tipo de circunstâncias nada dizem os meios oficiosos de comunicação. Para eles, como porta-vozes do discurso oficial, haverá pós-conflito e ponto!

Não serão tocadas as condições estruturais que animarão a conservação e o agravamento dos conflitos sociais, e que fazem da democracia crioula um simples exercício formal de participação e escolha de funcionários públicos, democracia suspeitamente existente e reconhecida apesar da vergonhosa desigualdade e da injustiça social reinante no território que homenageia Colombo e não Bolívar. No que resultará o anunciado período de paz do país? <

Cuba - EUA:

Dialogar para construir a unidade

Tamara Roselló Reina

Julgando pela quantidade de visitantes que chegam de toda parte, Cuba está na moda: turistas, artistas, empresários, políticos, jornalistas... Muitos visitando pela primeira vez logo após o restabelecimento das relações diplomáticas entre os governos dos Estados Unidos (EUA) e o da ilha. A combinação de riqueza natural, cultural e histórica e o carisma de sua gente fazem parte dessa paisagem desde muito antes do dia 17 de dezembro de 2014, quando Raúl Castro e Barack Obama anunciaram o início de uma nova etapa na história comum dos dois países.

O ano de 2016 já reúne alguns recordes para a maior das Antilhas. A visita do presidente norte-americano Barack Obama de 20 a 22 de março: não ocorria nada parecido desde 1928, quando o presidente John Calvin Coolidge esteve em Havana. O show multitudinário e gratuito dos Rolling Stones. A escolha do Paseo del Prado pela marca Chanel para um de seus desfiles, apresentando uma coleção que a maioria das cubanas e cubanos jamais poderia pagar, e sequer foram convidados para o espetáculo. A oitava parte do filme de Hollywood, “Velozes e furiosos”, terá imagens de lugares emblemáticos como El Malecón no litoral norte da capital cubana. O navio Adonia se aproximou de portos cubanos com 700 pessoas a bordo, para inaugurar uma rota que o

Tamara Roselló Reina é jornalista cubana e comunicadora popular. Trabalha no Centro Memorial Martin Luther King Jr. onde acompanha processos comunicativos de articulação continental entre movimentos e organizações sociais e populares.

bloqueio norte-americano havia proibido aos cruzeiros que partiam de seu território.

Tudo isso aconteceu no primeiro semestre do ano, deixando uma ampla polêmica que não se limita ao fato, mas às suas implicações e pertinência no momento atual. Exceto no caso da emblemática banda de rock inglesa, os demais acontecimentos estão ligados a uma problemática urgente: as carências do modelo de comunicação política praticado em Cuba e a necessidade de refundá-lo à luz das transformações em curso, que são anteriores à “normalização” das relações com o poderoso vizinho da “outra margem”. Soma-se a isto a próxima mudança geracional na liderança histórica da Revolução.

Como afirma Raúl Garcés, diretor da Faculdade de Comunicação da Universidad de La Habana: “O desafio do Estado é ser eficiente, e o sistema comunicativo da Revolução tem o dever de acompanhá-lo nesse propósito. Mas se não há porta-vozes nos ministérios e outras entidades, se as estratégias de comunicação não são práticas de aplicação cotidiana, se os funcionários não veem a si mesmos como servidores públicos e precisam de treinamento para enfrentar as câmeras, gravadores e microfones, o caminho de mostrar a sustentabilidade e prosperidade de nosso socialismo se tornará mais pedregoso e difícil.

“(…) Agora que os Estados Unidos não estarão só a 90 milhas, mas, provavelmente, em opulentos aviões da American Airlines pousados em nossos aeroportos ou em navios luxuosos com os

narizes apontados ao Porto de Havana, nenhum conflito conjuntural deveria ser mais forte que a unidade nacional. E ainda que soe paradoxal, a unidade nacional será mais sólida quanto mais flexíveis e abertos à diferença forem os limites da cultura política compartilhada (...)"¹

A notícia de uma nova era na diplomacia entre os EUA e Cuba provocou reações diversas. É difícil imaginar como será a aproximação com quem se manteve divergências por mais de meio século. Por um lado se reiterou ser uma mudança de estratégia, não de objetivos. Mas indiscutivelmente a mudança de estratégia também tem que se dar do lado de dentro, não para responder às exigências externas, mas às internas.

Contra o esquecimento

A informação é um bem público indispensável para possibilitar a tomada de decisões certas, para construir consensos, sonhar com o futuro e lutar por ele. Este momento vivido por Cuba requer formas criativas de estabelecer confiança, novos modos de criar conexões entre quem assumiu responsabilidades políticas e o povo. O contexto não é o mesmo, as gerações também não.

Obama sabe bem disso e os resortes que utilizou aqui levaram em conta dados da conjuntura nacional a seu favor. Tal como diz o educador popular Ariel Dacal “a estratégia comunicativa de Obama em Cuba foi tecnicamente interessante, cheias de matizes, novidades e sedução. Nenhuma frase espontânea, nenhuma citação impensada, nenhuma omissão por cuidados protocolares. No roteiro seguido, Obama ratificou que a memória política é seletiva, nela subjaz a ideologia de quem fala, nunca universal, nunca neutra (...) A armadilha mais perigosa que trouxe foi inutilizar a história, vulgarizá-la, reduzi-la a um dado menor, olhá-la como um entrave para o ‘progresso’ (...) É preciso entender que deixar a história de lado é desarmar-se politicamente”.

1 “Comunicación y política tras el 17 de diciembre”, retirado de <http://cartasdesdecuba.com/comunicacion-y-politica-tras-el-17d/>

É tempo de transcender as lições dos livros e das salas de aula, para que o passado recente de confronto, que separou famílias, provocou mortes e penúrias materiais não pareça história antiga às e aos mais jovens, por isso é inaceitável esquecer. Os assessores de Obama não acertaram nesse pedido. Criaram empatia quando propuseram um contato com Pánfilo, protagonista do programa humorístico de maior audiência na ilha, “Vivir del cuento”, e com o uso da expressão “¡que bolá, cubanos!”, aproximando-o sobretudo da cultura popular, apenas para dar dois exemplos. Em seus encontros e no discurso final, não disfarçou o paradigma que segue, baseado na ideia de propriedade privada como fonte de prosperidade, direito e liberdade. Alguns jovens nascidos e educados aqui com outra concepção de vida, preferem seguir o ideal americano, buscar melhores oportunidades profissionais e econômicas do que esperar a atualização do modelo cubano gerar as riquezas necessárias para o povo disfrutar de maior bem-estar ou alcançar “o socialismo próspero e sustentável” que se enuncia. Calcula-se que mais de 1200 cubanos chegaram recentemente aos EUA por corredores humanitários habilitados na América Central. Ainda que nenhum representante do governo de Obama tenha mencionado a possibilidade de bloquear a Lei de Ajuste Cubano, muitos preveem que seu fim está próximo e por isso os que pensavam em morar fora do país se apressaram em fazê-lo. Vão em busca de uma prosperidade que em Cuba não lhes parece alcançável.

A próxima batalha

Talvez para essas cubanas e cubanos a promessa do *American way of life* não soe estranha apesar da distância política de mais de meio século, porque a ideologia viaja (se instala e se recria) de maneiras sutis: através dos filmes e séries norte-americanas transmitidas pela Televisión Cubana ou contidas no pacote semanal – uma forma alternativa de distribuição de vídeos e outras produções –, ou ainda com o uso da roupa e outros produtos enviados pela família cubano-americana... Por isso,

é nesse plano das ideias que está posto o desafio para a sobrevivência da Revolução cubana. Como Fidel Castro já havia dito na Universidad de La Habana, o futuro dependerá de nós; ainda que agora pareça que Obama esteja dizendo algo semelhante.

Em comunicação o essencial é gerar diálogo, somar mais vozes aos espaços de construção de nossa alternativa nacional e que os debates ganhem legitimidade e alcancem a discussão de ideias e propostas sobre o presente e o futuro da nação, sem que isso seja privilégio de um setor ou classe ou resposta a uma agenda elaborada fora de Cuba ou numa única esquina do país. Nesse sentido, como em outras épocas históricas, nada de humano deve nos escapar para cultivar valores socialistas, transformar a subjetividade que sustenta o egoísmo, o pessimismo, o imobilismo, o conformismo, a privatização e construir imaginários coletivos

que mobilizem e reencantem com o projeto da esperança compartilhada e multiplicada, que o melhor da tradição de luta pela independência cubana semeou e a Revolução triunfante de 1959 assumiu como princípio.

No blog *A mano y sin permiso*², Carlos Lage Codorníu escreveu: “Cuba ganhou uma grande batalha por resistir e perseverar, mas só poderá vencer a próxima na medida em que for capaz de mudar e se adaptar ao novo contexto, de resgatar (agora é possível) a essência do projeto emancipador que nos conduziu até aqui”. <<

2 <http://amanoysinpermio.blogspot.com/2016/03/obama-metodos-y-metodologos.html>



O triplo desafio de comunicar para a integração

Javier Tolcachier

Para além de dificuldades conjunturais, a integração regional de carácter soberano é um projeto permanente que – como qualquer outro – sofre altos e baixos durante seu processo de execução. A integração representa uma afronta à lógica da subordinação. Indica não apenas um caminho de relativa independência e paridade em relação aos centros de poder estabelecido, como também proclama a possibilidade de uma convergência intencional dos povos sem a mediação de modelos impostos. Aponta para a indiscutível direção da história humana que implica a superação de condições prévias de dor e sofrimento, de opressão e violência. Carrega, portanto, na essência – e em todo intervalo tático – um eminente conflito com as pretensões de domínio hegemônico. O signo integrador solidário encarna e encara, ainda, uma luta inequívoca contra a imobilidade histórica e social.

A imagem de uma identidade comum que anule fronteiras fictícias cultiva sonhos de unidade, promove relações de desenvolvimento e abre aos povos a possibilidade de forjar um destino compartilhado no sentido fraterno.

A encruzilhada do momento geopolítico mostra a reação estadunidense contra o avanço alcançado nos últimos anos pelo multilateralismo, em favor da recomposição de um frustrado esquema unipolar. Esta ofensiva é propugnada

Javier Tolcachier é pesquisador do Centro Mundial de Estudos Humanistas e colunista na agência internacional de notícias Pressenza.

por setores hiperconcentrados (bancos, corporações, complexo militar industrial) que têm sua base jurídica, militar, política e econômica no país norte-americano e manipulam o sistema político daquele país.

O objetivo de tal reação é claro: destruir todo esforço de integração externo a sua órbita de interesses e compensar as novas alianças mundiais estabelecidas pelos BRICS, as relações Sul-Sul. Assim se pretende deter a iminente queda do sistema internacional estabelecido na segunda metade do século passado, cujas instituições e moeda são controladas pelos Estados Unidos da América.

De um ponto de vista histórico, desponta também de maneira inegável um extenso, indignado e irreverente clamor de superação sistêmica do velho por algo novo, multiforme em sua reivindicação e casualmente também em seus objetivos. Tal rebelião é mundializada, produz-se em contextos culturais muito distintos e seu principal portador são as novas gerações.

Diante desse cenário, a comunicação não foi, não é e nem pode ser neutra. E mais: grande parte do que chamamos “comunicação” desapareceu, sendo engolida pela propaganda. Essa modalidade de difusão massiva é a que mantém vivo um sistema de acumulação de capital já amplamente obsoleto em termos de economia real.

Já desde a aparição do livro de E. Bernays, *Crystallizing Public Opinion* (1923), nos EUA,

as técnicas de mercado substituiriam significativamente qualquer outra mensagem na esfera pública. Os estúdios cinematográficos de Hollywood trariam a colonização modelada, enquanto na área política os sucessivos estamentos de guerra psicológica do Departamento de Estado norte-americano e a CIA cooptariam a mídia e os jornalistas¹ para disseminar rumores e ideologia. Sua missão foi (e continua sendo) a de potencializar a imagem dos Estados Unidos como baluarte do mundo livre e como modelo de vida para demais povos do mundo.

A longa noite do pós-guerra, longe de haver desaparecido, dura até hoje. Diretamente ou por meio do servilismo das empresas locais, os conteúdos difundidos por seus grandes tentáculos são manipulados para fazer o público acreditar que o capitalismo é a única realidade possível e desejável.

A aliança objetiva de poder local e poder externo responde ao interesse de deter qualquer impulso democratizante, revolucionário ou redistributivo que puder ameaçar ou destruir o monopólio dos recursos e meios de comunicação.

Esta articulação econômico-midiática que impulsionou a globalização mercantil, a debilidade estatal e a corrosão do público se opõe de maneira aparentemente contraditória a toda tentativa das parcelas administrativas pós-coloniais algo irreais chamadas “países” darem passagem a integrações solidárias, cuja autonomia e força colocariam em suspeita a injustiça estrutural da real partilha sistêmica: o poder financeiro internacional nas mãos de 1% e o resto dos habitantes do planeta.

Contra-insurreição midiática

O mecanismo de desinformação dos grupos midiáticos monopolistas é colossal em suas dimensões, desintegrador em suas pretensões e manipulador em seus procedimentos.

1 Ver Operación Mockingbird ou a nota de C. Bernstein http://carlberstein.com/magazine_cia_and_media.php

Desta forma, por sua própria lógica expansiva, não pretende apenas asfixiar qualquer outra expressão ou opinião no espaço público, mas também, por sua inerente lógica de dominação, aponta à ocupação de todo espaço simbólico mediante operações de contra-insurreição semiótica.

É assim que a cruel opressão e agressão se disfarçam de cruzadas pela “liberdade”. É assim que a sacralidade da liberdade em tão supremo propósito da espécie é profanada e convertida em “liberdade” de mercado, de comércio, de imprensa, derivando nessa desalmada e falsa liberdade individualista cujo único destino são o desprezo pelo outro, o temor e a absoluta solidão. Pior ainda, esse desatino linguístico, moral e conceitual exige para sua instalação precisamente o contrário: a perda de toda liberdade emanada da igualdade de oportunidades, a real democracia e a diversidade de expressões. Desta maneira, a liberdade de todos fica subordinada aos insensíveis desígnios de poucos.

É assim que a politização social é associada a um obstáculo de tempos idos, assim é como o (aparente) vazio de significados inunda a superfície mediada, numa tentativa de silenciar toda crítica e esforço mobilizador.

É assim que os paladinos da guerra, os instigadores de ditaduras, os que operam nas sombras, elevam acusações denunciando toda personalidade que emerge por meio do genuíno clamor popular para defender seus direitos. Esta distorção chegou a criar inclusive nos progressismos um sentido culposos da formal (ou formol) democracia que o antipovo aproveita para desenvolver. Definitivamente, a real dialética de valores que se quer obscurecer é a da acumulação privada em oposição ao bem-estar comum.

A contra-insurreição midiática do sistema atua com os antepredicativos², quer dizer, com elementos de pré-julgamento (preconceitos) e

2 Antepredicativo: na fenomenologia de Husserl, o que é dado à consciência antes de emitir julgamentos.

não com racionalidades argumentais. É o espaço dos relatos, de um onirismo macabro nas intenções, mas atraente nas imagens. Tal astúcia quer se conectar com a dimensão ativa do receptor, cuja memória está forjada, em nossa região, por muitos elementos de submissão ao poder forâneo e à cultura eurocêntrica.

A riqueza da diversidade

Compreender isso é essencial para avançar na integração da América Latina e Caribe. Fomos formados em cenários mentais de autodegradação. A conquista impôs grande parte de suas crenças, pretendendo sepultar, tanto em termos físicos como simbólicos, toda construção cultural precedente. A exploração colonial, a orientação da fundação independentista agora bicentenária, sua consolidação europeísta e plutocrática, a subsequente imigração massiva europeia junto às leis fascistas de proscricção cultural são fatores que impuseram a instalação de um pensamento colonizado. Este impede de apreciar suficientemente a mestiçagem cultural ou majoritária que nos caracteriza, dificultando a irmanação regional e elevando o prevaecimento do que é de fora. Assim, é comum ver esse traço autodestrutivo num importante contingente de nossos povos, que impele a querer se parecer “ao outro” para não ser visto como um “outro”. Deste modo, a liberação produzida pela integração regional deve se dirigir não somente a reparar a destruição objetiva como também a reconstruir a demolição subjetiva.

Não se trata de forjar identidades excludentes, de chovinismos regionais simplistas ou de defender um arcaísmo estático e sem futuro. Trata-se de ponderar sobre a riqueza do diverso, de recuperar a beleza do multiforme, de reunir em sentido criativo o melhor dos impulsos culturais subjugados, para daí, em pé de igualdade, propor horizontes de colaboração e reciprocidade às demais regiões.

Este panorama coloca a comunicação para uma integração emancipadora diante de um triplo desafio:

Recuperar o sentido da comunicação, compensando o aparato midiático de propaganda mercantilista mediante o poder da convergência do diverso, a articulação criativa dos milhares de meios de comunicação populares, comunitários, universitários ou cooperativos, tão legítimos quanto aptos a esta tarefa.

É imprescindível fixar agendas informativas e matrizes de análise próprias diante da trama imposta pelos conglomerados corporativos. Criar e compartilhar conteúdo multimídia de qualidade que sirva para tecer laços de integração entre os povos.

Informar sobre o cenário de conflito subjetivo entre comunicação liberadora e propaganda retrógrada. Ao mesmo tempo, ajudar a refletir sobre a dimensão decisiva de superar esquemas de autodegradação e dependência cultural, permitindo-nos a possibilidade de sonhar com horizontes de ação e desenvolvimento não condicionados.

Nesse sentido, o trabalho do Foro de Comunicación para la Integración de Nuestra América (FCINA) – articulação de mídia, redes de comunicação e movimentos sociais da América Latina e Caribe comprometidos com o avanço da integração dos povos da região – representa, em relação colaborativa com outras iniciativas similares, a sinalização adequada. ⏪

Uma perspectiva da ALBA Movimientos: Comunicação e integração

Alcides García Carrazana

Fomos coerentes entre a teoria, o discurso e a prática da comunicação em nossas organizações, espaços nacionais e internacionais e em cada uma das ações na complexa conjuntura continental?

Comunicação, ao menos da perspectiva que defendemos e necessitamos dos povos em luta, deve ser mais que mídia, redes sociais, notas, fotos, vídeos, declarações e abaixo-assinados; mais que estatísticas, eventos, livros, conferências e espaços acadêmicos. É, sobretudo, política e ideologia, diálogo e pedagogia, mobilização e transformação; e, para isso, precisa ser indefectivamente: unidade, pensamento, planejamento e prática sistemática no plano organizacional, midiático e popular. Comunicação deve e tem de ser prática contra-hegemônica em cada ação.

É impossível ver e fazer comunicação separada das linhas políticas que definem uma organização, um movimento; também da militância, das pessoas que constituem suas bases. Do mesmo modo, deve-se levar em conta a diversidade de interlocutoras/es, conteúdo, forma, estética, narrativa de cada mensagem para dialogar como necessitamos, para refletir e não apenas informar. É necessária a interlocução, enfatizando que a sociedade seja produtora da informação e tenha protagonismo na definição das agendas midiáticas. Sem pretender entrar em debates conceituais, é impossível não pesquisar para comunicar; não dialogar para transformar; não comunicar para educar.

Alcides García Carrazana é coordenador da Frente de Comunicação de ALBA Movimientos.

Mecanismos de integração: o nacional e o continental num contexto desfavorável

Hoje existem diversos mecanismos que apostam na integração continental: iniciativas dos governos como ALBA-TCP, UNASUR, CELAC, por exemplo; apostas populares, como ALBA Movimientos, e a diversidade de espaços de articulação nos países, até organizações de longa data e comprovada capacidade mobilizadora em seus espaços de luta. Mas, seguindo o pensamento de Paulo Freire, as coisas primeiro têm que existir e depois ganhar um nome.

Existir implica muito mais que o nome e a estrutura, convocar e reunir; mais que declarações finais e demandas. Implica mobilizar pensamento, compromissos, responsabilidades, identidade e ação a partir das bases populares (tanto para governos como para movimentos e organizações), a fim de reconhecer e defender não só a estrutura, mas também o processo de luta com objetivos concretos que permitam enfrentar o avanço da direita e do capital sobre o continente, confrontar e começar a reverter os golpes organizados contra os governos progressistas e os povos; a fim de compensar os embates dos monopólios midiáticos com suas matrizes de opinião manipuladoras, que promovem o terrorismo midiático, o discurso único e a construção do medo.

A comunicação para a integração e a luta não é um adendo para informar sobre as ações ou eventos, mas um processo vital, transversal, político e ideológico que estimula a participação, a construção coletiva a partir das subjetividades e das identidades comuns; recuperando tudo o que nos une, algo muito maior e histórico em comparação ao que nos separa.

Como fazemos nossa história e experiência dialogarem com a atualidade? Com os programas políticos e ações dos mecanismos de integração dos governos com as estratégias dos movimentos sociais e as vozes e propostas populares? Como dialogamos entre as próprias organizações, os dirigentes e a militância? Como construímos unidade, projetos e ações comuns? Como ser uma esquerda menos dividida? Desafios complexos num contexto desfavorável no continente, em que a comunicação é decisiva. Precisamos debater, pactuar, funcionar e avançar a partir da unidade, pois a direita está se reorganizando e nos atacando contundentemente. E isso implica pensar e fortalecer os meios de comunicação sim, mas, como aponta Martín Barbero, não apenas concentrando-nos nisso, porque mais importantes são as mediações a partir das vivências, o acúmulo histórico, os imaginários populares, as identidades.

ALBA Movimientos: uma contribuição a partir da comunicação

Somos um esforço de articulação continental dos povos e suas lutas, de pensamento e ação contra o avanço da direita, o imperialismo e o capital, reconhecendo nossa diversidade, porém ancorada na cultura e tradições que nos sustentam. Somos mais de 400 organizações de 24 países do continente *nuestroamericano*. Temos um grande inimigo comum que insiste na fragmentação e a melhor maneira de enfrentá-lo é, como disse Martí: “...temos de andar em formação apertada como a prata nas raízes dos Andes”.

Compreendendo a importância da comunicação nesse processo de integração continental, convocamos à reflexão e ação não somente a partir do interior da ALBA Movimientos. Foram conquistados diversos espaços de trabalho, e entre os que se destacam o acúmulo de anos de atuação e dois encontros continentais, um dos meios de comunicação (20 a 22 de novembro de 2015 em São Paulo, Brasil), e outro de comunicação popular e movimentos sociais (22 a 28 de fevereiro de 2016 em Caracas, Venezuela), em que convergiram também outras mídias e articulações continentais com quem comparti-

lhamos visões políticas e estratégicas. O grande objetivo, não só refletir, mas nos unir e acionar, a partir da comunicação, uma espécie de “punho” contra-hegemônico continental.

Como resultado, encontra-se funcionando, ainda que incompleta e em processo de consolidação, uma estrutura de coordenação e gestão que vincula meios de comunicação, experiências e outras articulações e espaços continentais e nacionais.

Há uma Equipe de Coordenação Continental; coordenações regionais (com funções organizativas e de articulação) na América do Norte, América Central, Caribe, Cone Sul e Zona Andina, e referenciais por países. Ao mesmo tempo, equipes para a produção em rádio, vídeo, impressos e editorial, web e redes, design e arte, formação e pesquisa.

Para tornar o trabalho eficaz e funcional, também foram ativados canais de coordenação e distribuição de conteúdos, que articulam em torno de 100 mídias alternativas e populares de todos os países do continente, junto a outros 40 meios de comunicação aliados de amplo alcance nacional e internacional.

Além da dinâmica diária de trabalho, conta-se com várias experiências bem-sucedidas de coberturas colaborativas e convergência de meios de comunicação continentais, em que, nas palavras de Carlos Aznárez, diretor de Resumen Latinoamericano, “todos somos correspondentes de todos”. Entretanto, não escapamos da fragmentação dos processos, temos dificuldade de construir uma unidade, pensar e agir em comum, olhar não somente para o nacional, mas abrir pontes de forma articulada ao continental, investir pessoalmente e a partir da organização de energias, tempo, recursos, em um processo que nos demanda integração pela luta comum.

Desafios no novo cenário

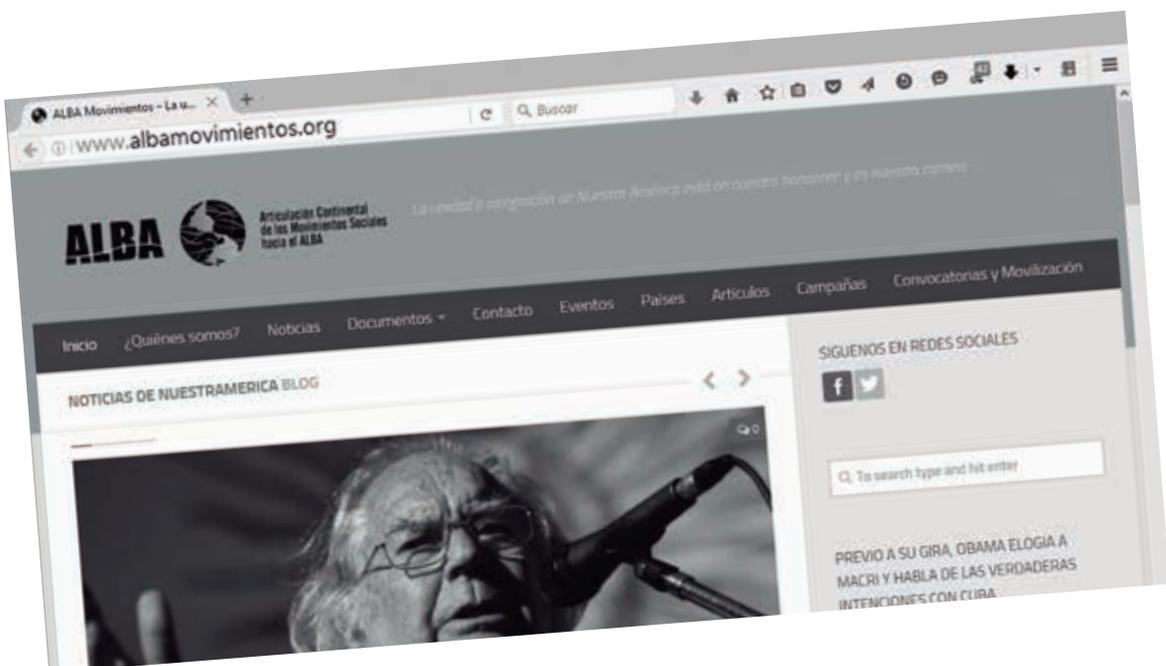
É imperativo prosseguir o debate e a consolidação de propostas articuladas para fazer a

comunicação que o tempo político exige, mas precisamos correr contra o tempo na definição de soluções: pensar e atuar, bem e rápido. Impõe-se vencer barreiras e visões reducionistas e instrumentais que atentem contra essa comunicação de que necessitamos.

Precisamos debater e construir a partir da rica teoria latino-americana; pesquisar para comunicar, mas sem cair na deformação de uma academia que por vezes mais prende que libera formas e conteúdos para alcançar uma prática transformadora, mobilizadora, forjadora de sujeitos políticos. Urge aprofundar espaços de formação, não apenas técnica para produzir, mas para formar interlocutoras/es de pensamento crítico, de cultura de consumo ou recepção, de conteúdos para desmontar as argúcias dos monopólios midiáticos e abrir os espaços ao alternativo e popular, que também deve crescer em qualidade do discurso, estética e proposta como um todo.

Precisamos progredir na luta para democratizar a comunicação, que, como diz Gabriel Kaplún, implica buscar e refletir “a palavra do outro”, da outra pessoa quase sempre ausente e dominada, não apenas do dirigente

ou especialista que fala em “nós”, porém sem dar voz aos povos. Mas também implica “democratizar a linguagem”, falar a partir do cotidiano e não da fabricação de um discurso; “democratizar os meios de comunicação” para serem verdadeiramente das maiorias e não dos magnatas econômicos e políticos, nem dos dirigentes de nossas organizações sociais e populares para ditarem pautas, porém que seja uma construção participativa das bases, do povo ou da comunidade. E por último, Kaplún diz que democratizar a comunicação implica reconhecê-la e fomentá-la para além dos meios de comunicação. Uma reunião, uma manifestação, um mercado, a escola, a música, a dança, o teatro, um desenho, um jogo de futebol, uma festa... enfim, todos são espaços de comunicação, interação, interlocução e devem favorecer o tipo de comunicação que precisamos: de forma integrada, estimulando processos de reflexão, unidade, mobilização, luta e transformação, que nos permitam construir a sociedade que queremos os povos *Nuestroamericanos*. ◀



Lutas cidadãs em torno da Internet

Sally Burch

De forma crescente, a Internet e o ciberespaço são o cenário de disputas de poder, onde superpotências e corporações transnacionais protagonizam uma luta mundial para conquistar e dominar esta nova dimensão, integrando-a no marco dos conflitos geopolíticos, geoeconômicos e militares. Esta disputa tende a deixar em segundo plano outro conflito — não menos relevante — entre diferentes visões sobre a Internet, que enfrenta esta ótica de poder e domínio com outra, centrada em consolidar os direitos e o empoderamento da cidadania através de sua apropriação da tecnologia e dos novos espaços comunicacionais. Este segundo conflito tem como cenário as lutas de inovação e resistência, do âmbito local para o mundial, para ir conquistando, passo a passo, direitos, garantias e políticas de defesa do interesse público no âmbito virtual.

Hoje ficaram ultrapassadas as ideias utópicas do início da Internet, que pressupunham que seria um espaço autogerido de intercâmbio, onde floresceria a democracia direta, assim como meios de comunicação democráticos e participativos, oferta e recepção de serviços sem intermediários, livre troca de informação e conhecimentos: em resumo, um espaço de comunicação sem fronteiras nem hierarquias, de relações horizontais em rede, sob controle descentralizado. De fato, isso ocorreu em um grau diferente; mas ficou como um tema marginal no contexto global da Internet, talvez porque não se percebeu a tempo que implicava uma luta-chave.

Com efeito, na última década e meia, foi produzida uma acelerada concentração da infraes-

trutura-chave, das plataformas mais utilizadas e dos mecanismos de controle e governança na Rede de Redes. Para isso contribuiu o domínio que os EUA mantêm sobre grande parte da infraestrutura crítica e dos aspectos mais estratégicos da governança da Internet, com o que impõe um controle unilateral sobre o que hoje é o mais importante sistema de comunicação mundial. A isso se acrescenta o “efeito rede” (que significa que os usuários tendem a optar por utilizar as mesmas plataformas onde já há mais pessoas), o que permitiu a conformação de empresas internacionais quase monopólicas que açambarcam cada vez mais — e controlam segundo o seu desejo — os espaços onde se convive e interage na Internet, em particular nas redes digitais¹.

Além do mais, agora, Washington, em sua busca por estender ainda mais o seu domínio mundial e favorecer as suas empresas, incluiu as tecnologias e as plataformas digitais nas negociações dos novos tratados de livre comércio, como o Tratado Transpacífico (TPP) e o Transatlântico (TTIP). Por exemplo, existem cláusulas do TPP que obrigam os países signatários a permitir a transferência transfronteiras não regulada de dados de usuários; e que proíbem que os governos exijam que as empresas armazenem esses dados em servidores locais. Isso poderia vulnerar qualquer legislação nacional de proteção da privacidade frente à vigilância ou aos abusos do marketing². Outra cláusula permitiria a qualquer empresa demandar um provedor de serviços de Internet em um país signatário, que cancele de seus servidores um

Sally Burch é jornalista britânico-equatoriana.

1 Ver Sally Burch. 2014. “Entrevista con Robert McChesney: ¿Cómo desmonopolizar Internet?”. *América Latina en Movimiento. Internet, poder y democracia*, nº 494.

2 <http://techcrunch.com/2015/11/05/tpp-vs-privacy/>

site da Web com conteúdos que considere que afetem os seus direitos de propriedade³. Não está claro se esse passaria por uma decisão judicial, como deveria ser.

Lutas em torno das políticas públicas

Se antes muitas pessoas vinham argumentando que não é necessária a intervenção estatal para regulamentar e governar os espaços digitais, hoje fica cada vez mais em evidência que não podem ser deixados liberados somente para a “autogestão” ou de acordo com as leis do mercado; sem regulamentação, se impõe a lei do mais forte. De um modo geral, existe consenso sobre a necessidade de políticas públicas e mecanismos de governança: a disputa é em torno do tipo de políticas públicas – se são para defender os interesses cidadãos ou particulares –, e quem as define.

Em um âmbito tão amplo e complexo, existem muitas disjuntivas a resolver. Para mencionar algumas: que equilíbrio estabelecer entre a segurança do Estado e da cidadania (por exemplo, frente a supostas ameaças terroristas) e as garantias de privacidade das comunicações e das pessoas? A quem pertencem os dados dos usuários da Internet, que são recopilados em enormes quantidades e que se tornam uma grande fonte de lucro e poder? O que priorizar entre o direito de acesso à informação e os conhecimentos, e os chamados direitos de propriedade intelectual? É justo permitir que os prestadores de serviços de Internet discriminem os conteúdos que são transmitidos pelos seus canais, mediante cobranças diferenciadas, criando assim uma Internet de primeira e de segunda classe? Deve-se permitir aos novos serviços em linha (intermediação de vendas, transporte, empregos...) que façam concorrência desleal, sem regulamentação, aos serviços tradicionais que sim estão submetidos a regulamentos?

Entre os casos mais emblemáticos dos últimos meses se destaca a luta na Índia a respeito da neutralidade da rede (ou seja, o princípio de que os provedores de conectividade devem dar

acesso aos conteúdos sem privilegiar um participante da rede em relação a outros); luta que teve sucesso neste ano, quando a autoridade regulatória de telecomunicações adotou uma histórica decisão de proibir as tarifas discriminatórias para os serviços de dados. A decisão respondeu a uma ampla mobilização entre a população contra serviços de tipo “taxa zero”, como a iniciativa *Free Basics* do Facebook. Promovida pela empresa como uma oportunidade para populações desconectadas de ter o seu primeiro acesso (limitado, mas sem custo) à Internet através do celular, a decisão considera na verdade que tais práticas são particularmente prejudiciais para países em desenvolvimento como a Índia, porque “seguem contra as características básicas da Internet e devem ser restringidas de entrada, devido às consequências de longo alcance que certamente teriam na estrutura da Internet e dos direitos dos interessados. Uma vez que se permitam tais práticas, poderia já não ser possível quantificar, medir ou remediar as consequências a curto e médio prazo”⁴.

Entretanto, várias cidades tiveram enfrentamentos com empresas que oferecem sites para contratar transporte privado, como Uber, cuja interface conecta motoristas com passageiros e conta com um sistema de preços que flutua segundo a demanda. Estes serviços estão tirando da praça os táxis tradicionais, que têm que cumprir com uma série de regulações e operar com preços fixos. Além disso, o Uber se considera intermediário e não empregador, portanto, os motoristas não recebem nenhum benefício social. Quando as cidades procuram regulamentar o serviço, o Uber utiliza a sua plataforma para mobilizar os seus usuários contra as autoridades, tática com a qual venceu inclusive as pretensões da cidade de Nova York de regulamentar os seus serviços. Surpreendentemente, a cidade de Austin, no Texas, ganhou recentemente uma disputa com o Uber e o Lyft, quando recorreu a uma consulta popular a respeito de se é preciso obrigar os motoristas desses serviços a se submeterem a controles de identidade,

3 <http://bit.ly/20DeLGh>

4 Parminder Jeet Singh. *Trai's historic decision*. 13/02/2016 <http://bit.ly/22pyQI2>

como garantia para a segurança dos passageiros. No entanto, uma campanha beligerante e cara dessas empresas (na qual investiram mais de 10 milhões de dólares), a moção ganhou o apoio da cidadania; e as empresas, em represália, se retiraram da cidade.

Na América Latina...

Na nossa região, existem situações muito díspares na adoção de políticas públicas a respeito da nova realidade digital da comunicação e do conhecimento. O Marco Civil da Internet do Brasil foi um dos avanços mais significativos, já que garante a neutralidade da rede, obriga as empresas provedoras a assegurar a privacidade das comunicações e, de um modo geral, defende os direitos dos usuários. Elaborada com ampla participação cidadã, e aprovada há dois anos, esta lei só entrará plenamente em vigor agora, desde que, em um de seus últimos atos antes de ser suspensa de suas funções por um golpe parlamentar no último dia 12 de maio, a presidente Dilma Rousseff assinou o Decreto de Regulamentação do Marco Civil. Mas o presidente interino, Michel Temer, anunciou a sua intenção de rever as últimas decisões de Rousseff e a indústria de telecomunicações já tem propostas apresentadas perante o Congresso contra o marco civil⁵.

Outra iniciativa inovadora é o Código Orgânico de Economia Social do Conhecimento e Inovação (COESC), no Equador, atualmente em consideração da Assembleia Nacional, que foi elaborado do mesmo modo com contribuições dos cidadãos. A proposta base do COESC aponta para “a construção de um sistema econômico social e solidário; e, para a transição de uma matriz produtiva excludente e monopólica, baseada na extração de recursos finitos, para uma inclusiva e democrática, baseada no uso intensivo de recursos infinitos – os conhecimentos, a criatividade e a inovação”⁶. Iniciativas como estas no âmbito local ou nacional são importantes porque, além de sua implementação *in situ*, vão configurando an-

tecedentes que inspiram novas lutas e iniciativas em outros lugares. Mas não se deve deixar de considerar que existem limites para o que se pode legislar no âmbito nacional, sendo que o ciberespaço não tem fronteiras.

As empresas que dominam a Internet – uma dúzia de transnacionais estadunidenses – têm tanto poder que nem nos EUA existe a vontade política de lhes aplicar as leis antimonopólio. A Rússia e a China têm as suas próprias plataformas; a China bloqueia a entrada de algumas corporações como Facebook e Twitter e a Rússia aumentou as restrições. A União Europeia empreendeu ações legais contra o Google e outras corporações estadunidenses por abusar de seu poder de monopólio, ou por concorrência desleal (por exemplo, do Skype ou do WhatsApp, com as empresas telefônicas). Mas a maioria dos países não tem a capacidade para enfrentar essas gigantes. Enquanto isso, os organismos mundiais que gerem a Internet são dominados por essas mesmas empresas e pelo governo dos Estados Unidos⁷.

Neste contexto, é necessário criar novas instituições democráticas, nos âmbitos nacional e internacional, com o mandato de gerar soluções para as novas realidades digitais e formular políticas públicas, a partir do enfoque do interesse público⁸. Mas é pouco provável que isso se dê a menos que haja uma forte pressão social nesse sentido, que implicaria construir pontes entre as diversas lutas e movimentos que compartilham a visão de uma Internet cidadã. ☞

5 <http://www.alainet.org/pt/articulo/177616>

6 <http://bit.ly/1mjp29X>

7 Ver: Michael Gurstein, 2014, “La gobernanza ‘pos-democrática’ de Internet”, *América Latina en Movimiento*, nº 494.

8 Um dos espaços onde se propõe debater estas alternativas é o Foro Social Internet, “Por una Internet ciudadana”, prevista para início de 2017. Ver <http://internetsocialforum.net/>

Software livre: Dinamismo, mestiçagem e novo horizonte

François Soulard

Além de seu pertencimento umbilical ao amplo território digital mundial, o software livre criou um porto sólido, quase uma pátria “adotiva” em terras latino-americanas. Esta metáfora, longe de ser um exagero chauvinista, corresponde bastante à realidade na hora de ilustrar a particular fecundidade que vem aumentando há 20 anos entre o movimento do software livre e as transformações sociais em curso no continente sul-americano.

Assim como em outras regiões do mundo, o movimento software livre regional se parece a uma via láctea de iniciativas disseminadas e multissetoriais, pouco sistematizadas e estudadas, em que não há nem confederação regional, nem condução centralizada ou uma verdadeira organicidade de conjunto. Suas identidades, assim como afinidades ideológicas e organizacionais, são muito diversas e às vezes até antagônicas. Entretanto, existe uma coesão que radica numa forte afinidade com os princípios éticos do software livre e de seu *modus operandi*. Efetivamente, estes valorizam a ação direta em redes, que nas últimas duas décadas na América Latina se uniu à aspiração central de intensificar o vínculo social e até ressignificá-lo segundo uma lógica inclusiva e igualitária. Desenvolver o software livre, ou seja, a inteligência colaborativa a serviço do acesso universal e soberano aos

recursos informáticos, significa implementar modalidades comuns para compartilhar, criar comunidades de ativistas e usuários e promiscuidades horizontais com múltiplas esferas socioprofissionais. Basta isso para convertê-lo em um verdadeiro movimento continental? Não necessariamente. Contudo, para além das categorias perceptíveis, o importante é perceber a fecundidade do processo que sustenta essa via láctea regional e poder desenhar suas constelações mais significativas.

A primeira, sem dúvida nenhuma, é a vivacidade da onda do movimento software livre regional. Uma de suas manifestações mais evidentes é o festival latino-americano de instalação de software livre¹ que acaba de celebrar, em abril de 2016, sua décima segunda edição em mais de 200 cidades do continente. Desde o ano de 2005 este festival descentralizado constitui nada menos que a mais volumosa mobilização popular internacional dedicada à informática livre. Equipara-se a outros eventos regionais mais especializados (como a Conferência internacional do software livre, as Jornadas regionais do software livre ou outros encontros subregionais). Todos são inseparáveis da profusão de grupos de usuários e experiências do movimento enraizadas em nível territorial e nacional. Outra marca desse dinamismo se expressa no plano econômico. Segundo o *International Data Corporation*, o crescimento do sistema GNU/Linux na indústria digital regional em 2004 duplicava a tendência mundial de 32% de crescimento anual². Se já não é preciso

François Soulard é comunicador social e migrante franco-argentino, membro da Red de Comunicadores del Mercosur e do Foro Mundial de Medios Livres. Participa atualmente da construção do Foro Democrático Mundial (fdm.world-governance.org).

1 FLISOL <http://flisol.info>

2 Em 2003, 30% dos sistemas de busca nos servidores

demonstrar globalmente o sucesso das distribuições abertas na infraestrutura dos servidores, esta tendência mostra a vantagem que possuem localmente os sistemas livres para responder a um contexto de desenvolvimento digital ainda muito desigual, já que a indústria digital privilegia sistemas adaptativos e de custos mais baixos. Assinalemos, por outro lado, que Cuba, Venezuela e Uruguai ganham os louros em nível mundial como parque de computadores pessoais mais linuxizado³.

Uma segunda constelação se vincula com a força das histórias e a mestiçagem das identidades ligadas ao movimento software livre e diferentes processos sociopolíticos. Curiosamente, trata-se de um ângulo pouco desenvolvido no pensamento sobre o próprio movimento, quando seu lugar é central na realidade. Ainda quando existe um princípio identitário autorreferencial dentro da cultura do movimento, esta tende a seguir as linhas móveis de uma identidade associativa, em outras palavras mostra uma atitude voltada ao sincretismo em relação a outras problemáticas e temas políticos. Muitos grupos de *hackers* e ativistas do software livre formaram parte dos momentos fundadores do Fórum Social Mundial a partir de 2001 no Brasil, de que se originará mais tarde o Fórum Mundial das Mídias Livres, a partir de 2009. Várias redes se associaram a lutas territoriais e de identidades sociais, dos movimentos feministas, as resistências cidadãs e pós-extrativistas, os meios de comunicação e comunicadores populares ou alternativos, alguns partidos políticos e movimentos sociais, o setor mutualista e as PyMEs, as redes universitárias e mais recentemente os novos movimentos urbanos. Dando lugar às vezes a associações pontuais ou setoriais, mantendo-se afastadas do verticalismo do cenário político tradicional, estes hibridismos não tiveram dúvida em facilitar a passagem de um ativismo tecnopolítico e a institucionalização de políticas públicas em nível nacional ou provin-

empresariais e 60% dos sites do mundo utilizam o software livre. <http://www.somoslibres.org/modules.php?name=News&file=article&sid=338>

³ StatCounter, 2011 http://www.bbc.com/mundo/noticias/2011/05/110510_1541_linux_latinoamerica_cuba_venezuela_uruguay_dc.shtml

cial e, em menor medida, regional, cujas políticas de comunicação estão por ora em estado de protótipo.

Do México à Argentina, o propósito do software livre e da soberania tecnológica transitaram assim de modo circular das bases sociais até o mais alto nível governamental, mais claramente ainda no caso dos projetos políticos populares e progressistas. É evidente que será necessário ainda mais para generalizar de maneira sustentável um paradigma de soberania tecnológica. Mas as conquistas sociais em matéria de direitos digitais, o efeito transformador de um modo de construção radicalmente participativo e a ruptura do isolamento do discurso tecnológico são avanços fundamentais que seguirão atuando firmemente nos imaginários coletivos.

Por último, a terceira constelação, cujos contornos ainda estão por ser inventados amplamente: os rumos do movimento software livre. Se é muito ambicioso definir uma estratégia coletiva em virtude da grande disseminação do movimento, é necessário em compensação dar uma nova investidura a seu imaginário transformador e seus marcos de compreensão. Entramos decididamente numa nova etapa tecnopolítica, com o surgimento dos gigantes da indústria digital, a captura de uma grande parte da modalidade software livre em suas estratégias de acumulação e a entrada da microeletrônica nas grandes relações geoestratégicas. As questões de infraestrutura soberana das redes, sua reterritorialização, as lutas por uma comunicação democrática, os direitos digitais, o controle cidadão do código e dos algoritmos já formam hoje em dia uma batalha mais unificada. A afirmação libertária democratizou notavelmente a primeira etapa de desdobramento da microinformática. Com a instalação atual de um regime “realista” no espaço eletrônico, é hora de fincar as bases de um novo pacto regulador e aprofundar as alianças estratégicas com o resto da sociedade. ◀

Tecnopolítica e o novo tempo social

Francisco Sierra Caballero

Do desemprego agrário na Colômbia ao movimento “Passe Livre” no Brasil, do jornalismo digital e da luta mapuche pela terra às rádios comunitárias em rede da Bolívia, passando pelo “Yo soy 132” do México ou pela revolução dos pinguins do Chile, a tecnopolítica inaugura na região, na última década, um tempo novo que requer formular com certa urgência uma agenda de trabalho em comum entre movimentos sociais e academia para conectar e definir um projeto de construção coletiva que transcenda os marcos e as normas estabelecidas pela Comunicação como Domínio. Esta vontade transformadora de articulação de um programa de trabalho ou plataforma em comum não pode, como é lógico, partir do zero. É necessário lembrar o processo de inovação social vivido na América Latina ao longo das décadas de 1960 e 1970. Ainda hoje, entre culturas e tradições diversas que conformam o amplo setor comunitário da comunicação, numerosos agentes e atores coletivos continuam sustentando a ideia revolucionária da comunicação participativa reivindicando a práxis com eles a partir da economia moral da multidão e da rica e diversa experiência das culturas populares.

Das frentes culturais e das lutas pela democracia informativa liderada pela Comunicação Comunitária como campo de produção

Francisco Sierra Caballero é catedrático de Teoria da Comunicação. Diretor do Grupo Interdisciplinar de Estudos em Comunicação, Política e Mudança Social (SEJ-456. Plano Andaluz de Pesquisa). www.franciscosierracaballero.com

autônoma de articulação de vozes, como abertura contra-hegemônica para a mudança social, da resistência à crítica antagonista, o trabalho de organizações pioneiras como ALER, ALAI ou SIGNIS, entre muitas outras, veio contribuindo para o desenvolvimento de processos de produção e apropriação tecnológica baseado na organização, na unidade, no empoderamento grupal e coletivo que hoje devem ser levados em consideração para uma plataforma e agenda comum na América Latina.

Porém, na era da, denominada por Castells, “Autocomunicação de Massas”, parece lógico revisitar criticamente, até as suas últimas consequências, as novas experiências de tecnopolítica que são observadas na região, em um exercício de reflexão dialética, recursiva e generativa do campo, para recompor as posições de observação, definir mudanças de objeto e projetar novos usos e estratégias de redes diante da guerra informática e da constante intervenção que observamos em iniciativas da USAID aplicadas em países como Cuba ou Brasil. Nisto, arriscamos o futuro, e em nossos países periféricos a própria possibilidade de desenvolvimento autônomo.

Seria conveniente ressaltar sobremodo este fato, porque tememos que o chamado terceiro setor não seja totalmente consciente desta situação contraditória. Nem sempre foi assim na tradição latino-americana. Desde “Para ler o Pato Donald”, o pensamento crítico em comunicação procurou *desconstruir* a todo o momento o processo neocolonialista das indústrias culturais e da teoria funcionalista ou etnocêntrica ocidental, hibridando,

relendo, escriturando de novo a história e o pensamento desde a sua topologia e mundos de vida concretos.

Sabemos que as tecnologias da informação e comunicação (TICs) são dispositivos de expressão da ação coletiva que surgem como resultado da inovação, ao mesmo tempo em que articulam para os movimentos sociais, do ponto de vista da mediação social, novas condições de disputa da hegemonia na luta pelo código. Daí a adequação de uma abordagem sociocultural das mediações, aberturas e modelos de hibridação do espaço público que têm lugar nas contraditórias dinâmicas de articulação da cultura cibernética contemporânea.

De acordo com a Carta sobre Direitos na Internet da Associação para o Progresso das Comunicações (APC), “o acesso à internet foi incrementado apesar da constante exclusão de comunidades marginais e de milhares de pessoas em países em vias de desenvolvimento. Ao mesmo tempo, está cada vez mais sujeita à comercialização, ao poder e ao controle corporativos. As novas tecnologias da informação e comunicação (TIC), incluída a internet, são parte do processo de globalização – um processo que é realizado em termos desiguais e que costuma exacerbar as desigualdades sociais e econômicas entre países e dentro dos mesmos. Ao mesmo tempo, a internet e as tecnologias relacionadas podem se converter em ferramentas para a resistência, a mobilização social e o desenvolvimento quando estão nas mãos de indivíduos e organizações que trabalham pela liberdade e a justiça” (APC, 2002).

Novos desafios

Neste novo marco de intervenção, não podemos esquecer que emerge um novo sujeito ou *actor-red*. “Em particular, a transformação da subjetividade dos processos de identidade pelo deslocamento dos referentes culturais, corporais, espaço-temporais, geográficos e políticos, em uma ágora eletrônica, de despersonalização para alguns, de

exacerbação do eu, ou de uma subjetividade compartilhada para outros, é um assunto que requer a nossa atenção. O cruzamento de normativas que opera na rede está configurando um novo espaço para a construção do outro e em consequência para pensar a cidadania” (Rueda, 2006: 29).

A transformação dos vínculos sociais no ciberespaço antecipa, enfim, novas formas de cidadania. Por isso, os movimentos sociais, o voluntariado e as ONGs devem assumir a centralidade da tecnopolítica e definir estratégias em comum nas redes eletrônicas e telecentros, na medida em que toda máquina “é uma concatenação não só de tecnologia e saber, mas também de órgãos sociais, chegando ao extremo de exercer uma coordenação dos trabalhadores e das trabalhadoras individuais” (Raunig, 2008: 28). A visão matricial em rede implica, nesta linha, maior flexibilidade, interconexão, horizontalidade e proximidade. Mais comunicação e menos informação, de acordo com o paradigma ou enfoque da mediação.

A questão, então, é ver se as redes digitais nos permitem articular espaços socialmente abertos, inovadores e autônomos, se contribuem para estabelecer regras e procedimentos, contra poderes e espaços de interlocução e empoderamento ou, pelo contrário, replicam lógicas de domínio tradicionais tal e como se observou recentemente na Bolívia. Por isso, talvez devamos voltar a transitar o deslocamento do tecnoinstrumental para o sociopolítico, aprendendo de novo a politizar criticamente a geração social da comunicação e da cultura em uma época de crescente separação e mercantilização do universo simbólico pelas lógicas de *mercificação* da inovação tecnológica e social.

Caso não seja feita, como vem apresentando Mattelart, uma crítica ao controle cibernético, os processos de mudança que a América Latina vive correm o perigo de serem presas da jaula digital e das estratégias de domínio do que no passado se denominara cultura tec-

notrônica. Confiamos na inteligência criativa e emancipadora do tecido social. É hora de trazer estas questões para o centro de uma agenda comum. Como e a partir de onde fazê-lo é uma questão a ser definida no território e a partir do concreto. Urbi et Orbi. <<

Referências

APC (2002). *Carta de APC sobre derechos en Internet: Internet por el desarrollo y la justicia social*. <http://www.alainet.org/es/active/11844> (anexo II)

LAGO, Silvia (Comp.) (2012). *Ciberespacio y resistencias. Exploración en la cultura digital*. Buenos Aires: Hekht Libros.

RAUNIG, Gerald (2008). *Mil máquinas. Breve filosofía de la máquina como movimiento social*. Madrid: Traficantes de Sueños.

RUEDA, Rocío (2006): “Apropiación social de las tecnologías de la información: ciberciudadanías emergentes” en *Tecnología Educativa*, ILCE, número 4, México.

SIERRA, Francisco y David Montero (Eds.) (2015). *Videoactivismo y movimientos sociales*. Barcelona: Gedisa.

www.alainet.org/pt

Nosso site com

cara nova

- realidade regional atualizada diariamente
- dinâmicas sociais
- notícias, opinião e análise
- mais de 81 mil documentos catalogados
- busca por tema, autor, data, país, palavra.



(Re)pensar a publicidade

ALAI

A publicidade está onipresente em nossas sociedades; com a sua grande influência cultural, incidência política e peso econômico, há os que consideram inclusive que é o instrumento mais poderoso de comunicação de nossos tempos. Mas, curiosamente, é a grande ausente das ciências da comunicação e em geral das ciências sociais; e é um aspecto pouco considerado nas causas e nas campanhas de caráter social em nossa região. A que se deve essa “invisibilidade” de algo tão visível? Sobre estes temas, a ALAI conversou com Antonio Caro, professor aposentado da Universidade Complutense de Madrid, pesquisador sobre publicidade (o seu último livro se intitula *Comprender a publicidade*) e atualmente é colaborador da CIESPAL (Quito), onde no último mês de março organizou o primeiro Congresso Ibero-americano de Pesquisadores de Publicidade “Pensar e praticar a publicidade a partir do Sul”.

Antonio Caro considera que o poder da publicidade se deve a que é, em boa medida, a instituição “que está conduzindo de forma subterrânea a socialização, ou seja, a coesão social”. Isto é, a publicidade, ao condicionar a sociedade em direção ao consumismo que se converte em hiperconsumismo, hoje é o que está unindo as pessoas em uma direção, ainda que “de uma maneira não pensada e não desejada”. Assim, ela assume uma função comparável a que em outros tempos outras instituições como a religião e, mais recentemente, a política exerceram.

Porém, se a publicidade se converteu em um instrumento de comunicação tão poderoso, isso tem a ver também, segundo o nosso interlocutor, exatamente com a pouca importância que lhe é dada, devido a que “a recepção

publicitária geralmente não é consciente”. Ainda que seja certo que há uma crescente resistência à recepção da publicidade, o fato de se introduzir em todas as partes e de forma quase subliminal (pensemos nas camisetas dos times de futebol), faz com que a sua força seja muito maior do que a que lhe é concedida. Caro lamenta que justamente por isso “é a grande desconhecida das ciências sociais e do comportamento humano em geral”.

Ao mesmo tempo, o pesquisador reconhece que em si mesma a publicidade é um instrumento de comunicação que não tem por que sempre estar promovendo consumo e que é possível utilizar certas técnicas publicitárias a favor, por exemplo, de causas sociais. Mas não se trata simplesmente de aplicar técnicas, mas sim que requer realizar pesquisa. No entanto, até agora, tanto na América Latina como em outras partes do mundo, “a docência da universidade está centrada em ensinar um instrumento publicitário aos estudantes para exercê-lo como publicitários, e nada mais. Em quase nenhum outro lugar se pensa a publicidade como um fenômeno complexo, com uma série de repercussões muito importantes nas vidas de todos nós, sobre o qual é necessário pesquisar e pensar”.

É este tipo de pesquisa que Caro propõe incentivar a partir de uma perspectiva latino-americana; mas é algo relativamente novo na região. Por isso, no congresso realizado em Quito, foi acordado conformar uma rede ibero-americana de pesquisadores de publicidade, com vínculo com redes nacionais em oito países. Espera-se que contribua para gerar “uma visão da publicidade a partir do Sul, frente à visão do Norte que é anglo-saxônica, e que é puramente instrumental”, afirma Caro.

Um instrumento de transformação social?

Para o nosso entrevistado, o potencial da publicidade como instrumento de transformação social é um tema muito controverso mesmo que atual. Ele indica como uma transformação recente que “existam pesquisadores e publicitários que dizem que o paradigma publicitário está esgotado, ou seja, que as fórmulas publicitárias para promover o consumo já deram tudo o que podiam dar”. Isso se expressa no fato de que são vistas cada vez mais marcas que tentam se legitimar perante a sociedade – para tratar, de forma muito interessada, de limpar a sua imagem “prostituída”, como nos últimos tempos com a sua vinculação aos paraísos fiscais – ao se associarem com causas sociais, a partir de uma ótica da beneficência clássica. Um caso similar é o chamado “marketing social”, quando uma causa social é colocada a serviço de uma empresa, o que serve para dar mais impacto à comunicação da empresa ao estar associada a uma causa social. “Isto, que é feito há muito tempo, em minha opinião é uma utilização espúria, pois é coisificar uma causa social, colocá-la a serviço da rentabilidade econômica de uma empresa”, critica Caro.

Mas isso não significa que uma causa social não possa explorar em seu benefício as possibilidades que a publicidade tem. Por exemplo, em uma comunidade, utilizar instrumentos publicitários para promover uma comunicação solidária, promover acontecimentos locais etc.

“Considero que esta publicidade – não sei inclusive se o termo publicidade vale neste caso – tem que ser um tipo de comunicação qualitativamente diferente das que fazem as grandes corporações. Muitas ONGs utilizaram as mesmas técnicas publicitárias para ‘seduzir’ o consumidor e transformá-lo em associado etc. Isto não deixa de ser manipulação; no final, se consegue que alguém se torne membro para melhorar a sua imagem social ou pessoal. Não é exatamente favorecer uma causa social, mas empregá-la em benefício da própria pessoa que a utiliza”, opina. E acrescenta: “Acho

que deveria ser feita uma longa pesquisa a respeito de que tipo de publicidade e comunicação poderia ser adequada para favorecer essas causas sociais. Por exemplo, no caso do Equador, onde a economia popular e solidária é um campo que o governo protege e que está bastante desenvolvido, ali a comunicação publicitária ou procedente da publicidade poderia intervir”.

Por sua vez, Caro indica perigos a serem evitados: entre eles, o de que as causas sociais recorram às mesmas técnicas que geralmente a publicidade comercial utiliza, como o filantropismo. “Está muito claro que, atualmente, qualquer ator ou estrela de espetáculo se vê obrigado ou os seus agentes lhe indicam que deve colaborar com causas sociais. Por essa razão são montados shows nos que intervêm todas as celebridades das ‘revistas de fofocas’ ou de famosos e ali se exibem a favor de uma campanha contra o câncer, ou o que for; mas em definitivo estão dando legitimidade à sua imagem. Este tipo de utilização em minha opinião é absolutamente condenável, porque se faz em benefício da pessoa e não da causa. A causa social está sendo colocada a serviço de algo espúrio e não tem nada a ver com o que realmente deseja.”

Um meio de comunicação que está obrigado a reinventar a publicidade são os novos meios interativos. Na internet, a interatividade faz com que o anunciante e, portanto, o publicitário, “estejam perdendo o monopólio da palavra”. A publicidade clássica na televisão ou na imprensa escrita não pode ser discutida; mas quando uma empresa afirma ou publica algo na internet, o destinatário, como interlocutor, tem o direito de responder. E isso de fato acontece quando empresas fazem afirmações que depois foram rebatidas pelos internautas, dando lugar inclusive a alterações de comportamento por parte das empresas. Esta interatividade da internet é justamente um dos fatores que Caro considera que poderiam ser mais bem aproveitados para campanhas de tipo social, já que implica dialogar e não impor opiniões.

Uma publicidade afastada do consumismo

Antonio Caro espera que no futuro surjam propostas em relação a como as organizações solidárias e sociais podem se beneficiar de um tipo de comunicação “que esteja o mais afastada possível do consumismo”. Mas é um aspecto que requer ainda muita pesquisa. “Sei que as ONGs na Espanha têm um código de comunicação mediante o qual se trata de evitar em sua comunicação publicitária cenas que promovam a emotividade, mas que não geram ação; por exemplo, a apresentação de uma criança africana desnutrida, quando se fica na mera exibição sem gerar reação por parte do receptor em função de fazer algo a respeito desse tema.”

Outra abordagem são as iniciativas para de algum modo subverter a publicidade comercial, ou a chamada “contrapublicidade”. É um tema polêmico porque às vezes serve mais de descarga emocional para os próprios publicitários. O pesquisador indica que, curiosamente, na maioria dos festivais publicitários, “as campanhas mais premiadas são feitas a favor de uma causa social, mas são um engodo, ou

seja, algo falso que não responde a um encargo real de uma associação ou coletivo, mas que o grupo de publicitários realiza para livrar a sua consciência em relação a anunciar diariamente refrigerantes, hambúrgueres e o que mais seja”. No entanto, existem experiências, como o coletivo espanhol “Consumir até Morrer”, que demonstram que a contrapublicidade tem uma eficácia grande quando são realizadas oficinas, por exemplo, em escolas, porque ensinam os jovens a enfrentar a publicidade: “Estão gerando uma consciência crítica diante da publicidade, e isso sim é muito positivo”. Na verdade, Caro considera que o tema de como ler os meios de divulgação e a publicidade deveriam fazer parte do currículo escolar. “Está demonstrado que a publicidade é uma parte tão importante da vida cotidiana que é necessário ter conhecimentos a respeito dela para poder reagir”. No entanto, ainda que não exista esse ensino regulado, está demonstrado por diferentes pesquisadores que crianças, a partir dos sete anos, geram espontaneamente atitudes críticas diante da publicidade. “Esse enorme investimento em publicidade gera em si mesmo resistência crítica frente a essa enxurrada publicitária.” <

www.integracion-lac.info



AMERICA LATINA *en movimiento*

Publicação internacional de análise e
opinião da Agência Latino-Americana
de Informação (ALAI)

ISSN No. 1390-1230

Diretor: Osvaldo León

ALAI: Endereço postal

Casilla 17-12-87, Quito, Equador

Sede no Equador:

Av. 12 de Octubre N18-24 y Patria

Of. 503, Quito, Equador

Tel: (593-2) 2528716 / 2505074

Fax: (593-2) 2505073

Site: <http://alainet.org>

Redação:

info@alainet.org

Assinaturas e publicidade:

alaiadmin@alai.net.org

ALAI é uma agência informativa sem
fins lucrativos constituída em 1976
na província de Quebec, no Canadá.

Foto de capa

Midia Golpista

Felipe Bianchi/Centro Barão de Itararé

Desenho da capa

Verónica León

513-514

Edição em espanhol

maio-junho 2016

Ano 40, 2ª temporada

Edição em português

junho 2016

As informações contidas nessa publicação podem ser
reproduzidas desde que devidamente mencionada a
fonte com o envio de uma cópia à redação.

As opiniões contidas nos artigos assinados são de estrita
responsabilidade de seus autores e não refletem
necessariamente o pensamento da ALAI.

Assinatura da versão impressa em espanhol (10 números anuais)

	Individual	Institucional
Equador*	US\$ 34	US\$ 40
América Latina	US\$ 60	US\$ 80
Outros países	US\$ 75	US\$ 140

Como assinar:

www.alainet.org/revista.phtml

São aceitos pagamentos pela Internet



Senge-RJ

Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro

<http://www.sengerj.org.br>

O Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ) completa, neste ano de 2016, 85 anos de lutas por uma sociedade justa, igualitária e inclusiva, pela democracia e pela soberania nacional. Fundado em 22 de setembro de 1931, foi o primeiro sindicato da categoria, então chamado, por atuar em âmbito nacional, de Sindicato Central dos Engenheiros. Sempre com sede no Rio de Janeiro, em 1978, após trabalhar ativamente em conjunto com os movimentos sociais para o fortalecimento do movimento sindical em todo o país, passa a representar os profissionais do estado como o Sindicato dos Engenheiros no Estado do Rio de Janeiro (Senge-RJ). Saiba mais: www.senge-rj.org.br

Av. Rio Branco 277, 8º andar, Rio de Janeiro - RJ - Cep:20040-009

Telefone: (21) 3505-0707

Email: secretaria@sengerj2.org.br

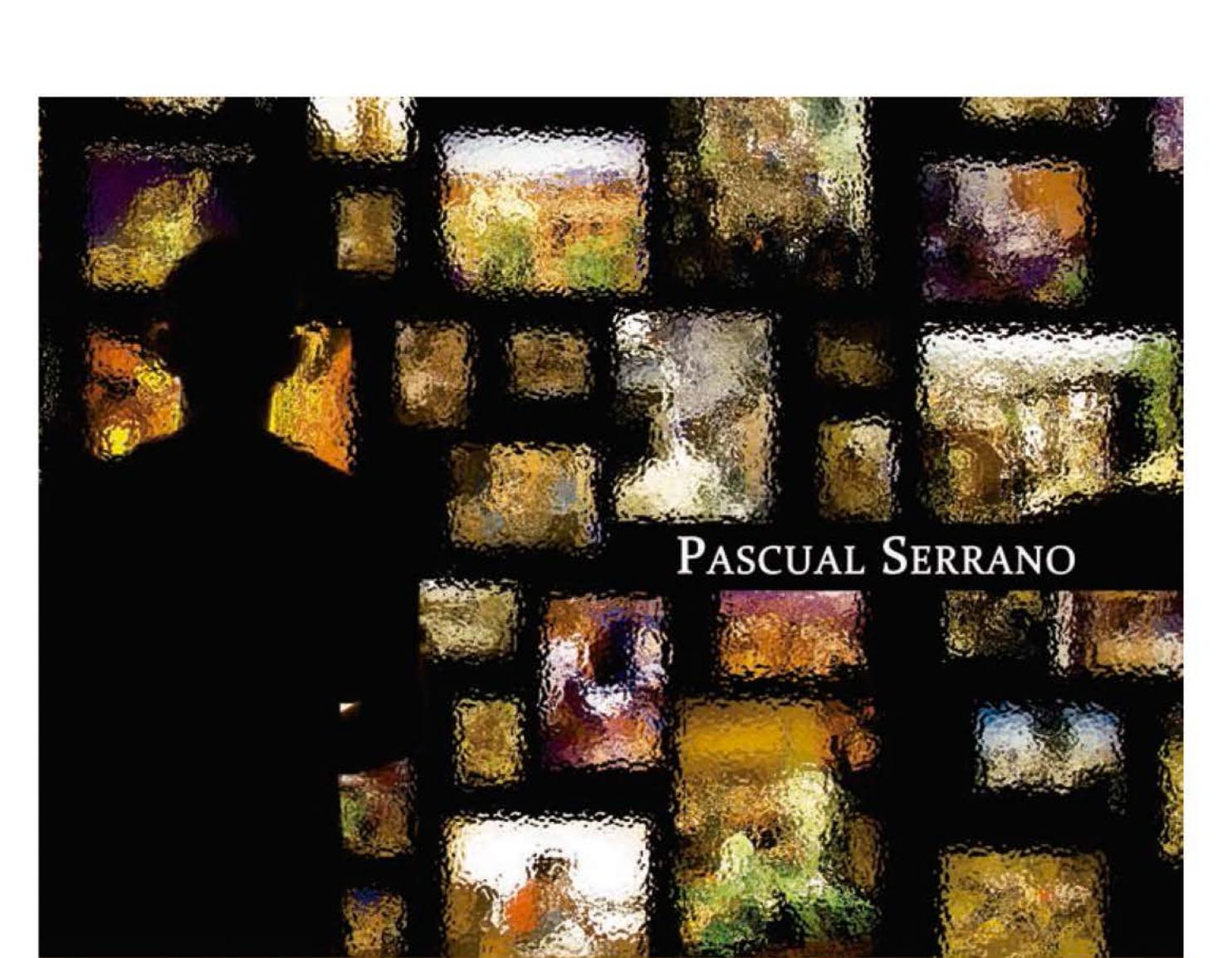
Facebook: <https://www.facebook.com/senge.rio>

Twitter: <https://twitter.com/sengerj>

Edição/Português

Impressão: Walprint Gráfica Editora

Tiragem: 1.000



PASCUAL SERRANO

EM DEBATE 1)

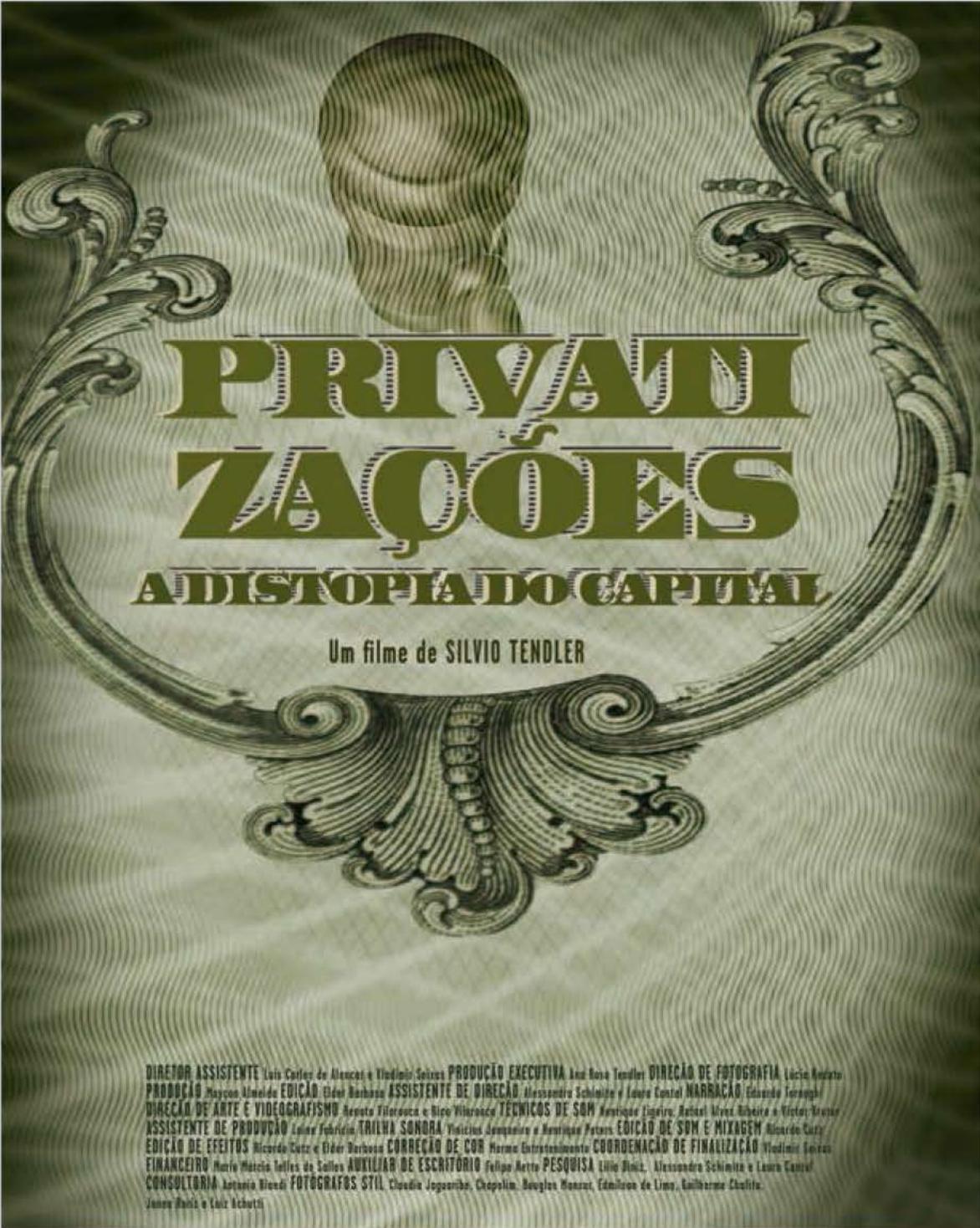
DESINFORMAÇÃO
COMO OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO
OCULTAM O MUNDO

APRESENTAÇÃO
VITO GIANNOTTI
PREFÁCIO
IGNÁCIO RAMONET



Senge·RJ

fisenge
Federação Interestadual de
Sindicatos de Engenheiros



PRIVANIZAÇÕES

A DISTÓPIA DO CAPITAL

Um filme de SILVIO TENDLER

DIRETOR ASSISTENTE Luis Cortes de Alencar e Vladimir Seixas **PRODUÇÃO EXECUTIVA** Ana Rosa Tendler **DIREÇÃO DE FOTOGRAFIA** Lucio Andata
PRODUÇÃO Maycon Almeida **EDIÇÃO** Elói Barbano **ASSISTENTE DE DIREÇÃO** Alessandra Schmitz e Laura Costal **NARRAÇÃO** Eduardo Torquato
DIREÇÃO DE ARTE E VIDEOGRAFISMO Renata Filorosa e Nico Viarosa **TÉCNICOS DE SOM** Henrique Ligeiro, Rafael Alves Ribeiro e Victor Xavier
ASSISTENTE DE PRODUÇÃO Lílian Falcão **TRILHA SONORA** Vladimir Jovanovic e Henrique Peters **EDIÇÃO DE SOM E MIXAGEM** Ricardo Cruz
EDIÇÃO DE EFEITOS Ricardo Cruz e Elber Barbosa **CORREÇÃO DE COR** Herma Entretenimento **COORDENAÇÃO DE FINALIZAÇÃO** Vladimir Seixas
FINANCEIRO Maria Matos, Inês de Saes **AUXILIAR DE ESCRITÓRIO** Felipe Netto **PESQUISA** Lílio Diniz, Alessandra Schmitz e Laura Costal
CONSULTORIA Antonia Biondi **FOTÓGRAFOS** STIL, Claudia Jogaomba, Chapolim, Douglas Moraes, Edmilson de Lima, Guilherme Chalita,
Janete Rêis e Luiz Schutti

REALIZAÇÃO


Senado RJ
Instituto das Engenharias
e do Estado do Rio de Janeiro


fisenge
Federação Nacional de
Engenheiros

APOIO


CUT
Central Única dos Trabalhadores

PRODUÇÃO


CALIBAN
cinema e conteúdo